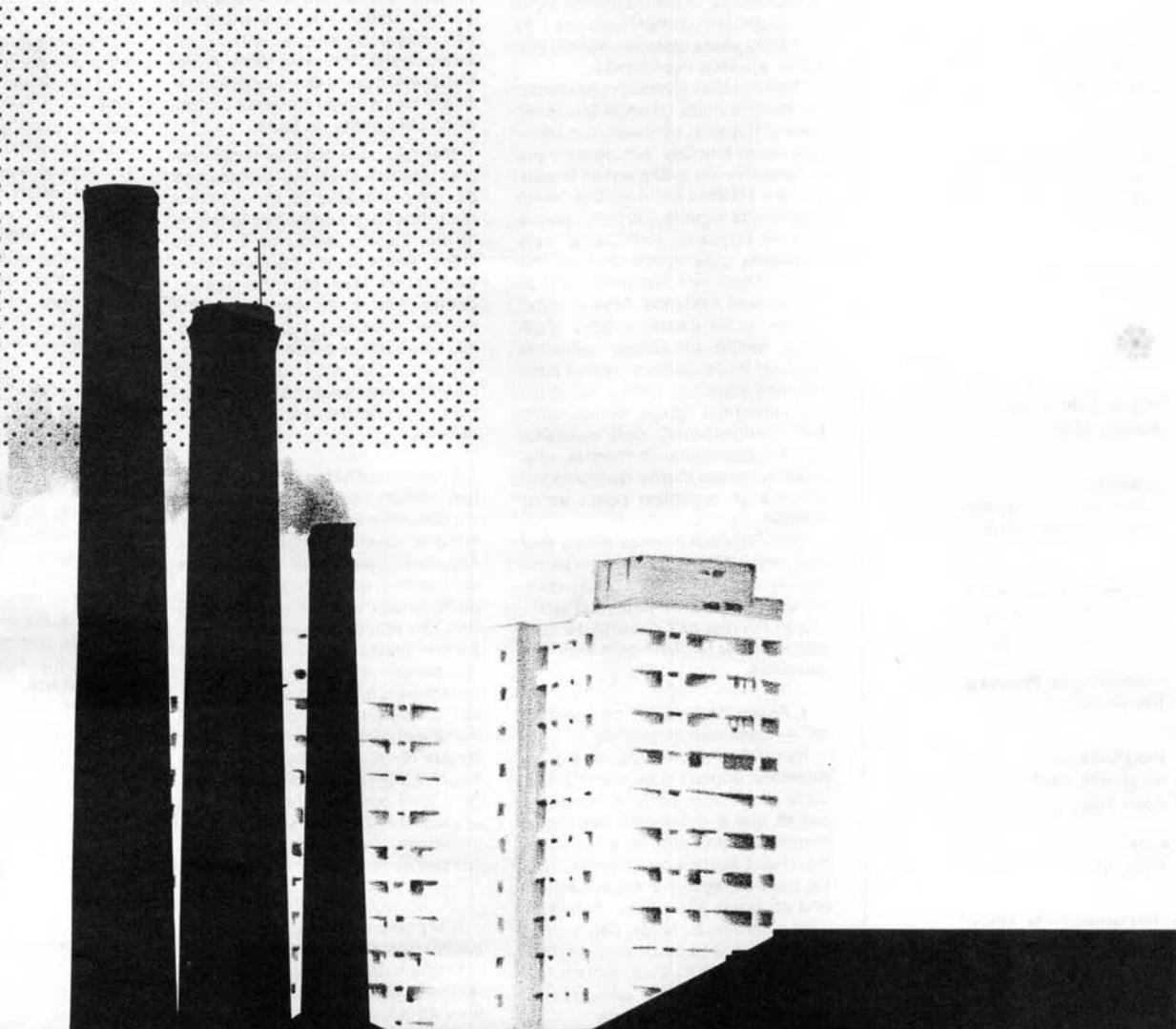


tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 218 • Abril de 1987 • Cr\$ 15,00



ECOLOGIA
a luta pela vida

Revista mensal do
CEDI

Abri de 1987

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Aloisio Mercadante Oliva
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
José Roberto Pereira Novais
Luiz Eduardo Wanderley
Milton Schwantes
Rubem Alves

Editores
Jether Pereira Ramalho
José Domingos Braghetto

Jornalista Responsável
José Domingos Braghetto
Reg. Prof. nº 8.763

Secretário de Redação
Flávio Irala

**Diagramação e
Secretaria Gráfica**
João Francisco Esvael

Capa
Kika Alves de Souza

Assessoria desta edição
Grupo TERRANTEIRA

Erramos
No edição nº 214, de novembro de 1986, as fotos das páginas 12, 13 e 17 estão com crédito errado. Ao invés de Agape, como consta, a autora das fotos é **Angela Teixeira de Freitas**. Ela integra o Grupo de Saúde da Mulher, de Recife.

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 15,00

Assinatura anual:
Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 200,00

Cristãos na política partidária

O debate iniciado pelo CEDI (com colaboração de C. Boff, Frei Betto, e outros...) em torno da participação dos cristãos na política partidária está sendo muito fecundo, onde os que buscam uma nova sociedade não podem esquivar desta tão polêmica como importante discussão. Após estudar individualmente como em grupo (em comunidade) os três encartes desta questão, desejo partilhar a nossa experiência.

Nós cristãos vivendo num mundo de desigualdade, de opressão, miséria e sofrimento, sentindo na pele todos esses horrores, percebendo que o causador de todas essas injustiças é o sistema político-econômico capitalista vigente, partimos para a luta na busca de transformar esta realidade onde "todos tenham vida e a tenham em abundância" (Jo 10,10), mas partimos para a "luta" muitas vezes despreparados, ingênuos, sendo que Cristo pediu-nos que fossemos mansos como a pomba, mas espertos como a serpente. No entanto a Igreja, como muito bem demonstrou C. Boff, permanece na conscientização (bonitas reflexões) e, daí em diante, que cada um procure se organizar como achar melhor.

Considerando a nossa práxis aqui nas comunidades de base no bairro Xaxim, Curitiba, como nosso assessoramento ao Movimento da Participação Popular na Constituinte, queremos entrar também com algumas reflexões.

1. Passo "individual" ou "conjunto" — comunidade/partido.

Nas CEBs normalmente alguns membros captam com maior facilidade a questão política, reconhecendo que é o sistema político o causador-reprodutor de todas estas injustiças sociais que vivemos. Estes que conseguem avançar nesta linha ou fazem seu passo individual para o partido, ou então, não sentindo mais espaço para uma prática transformadora de fato, sentem forçados a abandonar a comunidade para se engajar no partido.

A Igreja leva seus membros a uma reflexão, conscientização sobre a realidade, mas no entanto não dá espaço, instrumental para uma organização eficaz que leve a transformar tal situação de opressão. A comunidade permanece em bonitas palavras, bonitas reflexões, como "nova sociedade", "justiça, fraternidade, amor", e chega a um momento em que se acomoda, não passando do discurso, permanecendo na "verboréia". Pior ainda, há o perigo de cair até num neoconservadorismo, afirmando que se tentou uma mudança estrutural, mas esta é impossível, e "Deus quer assim mesmo".

Não podemos negar que se partirmos para uma reflexão pesada sobre a questão partidária na comunidade,

vamos espantar muita gente. Acreditamos que a comunidade deve ser o espaço para uma iniciação — onde o discurso religioso não é usado para fazer política, mas ele é, contém nele mesmo, a energia política transformadora — rezando a realidade "acordamos" que Deus não quer um mundo injusto como o que temos. Na comunidade começamos a aprender que política não é algo "sujo", pois "vivendo em sociedade, sem política, somos uns desorientados e não chegamos a lugar nenhum" (6º Intereclesial, Trindade, 1986). A 'politização' que os dominadores praticam, sim, é "suja" e precisa ser mudada pela gente da base.

Mas não podemos ficar nesta simples conscientização, precisamos dar um passo adiante, irmos para a organização. Na organização temos os movimentos populares: Clube de Mâes, Associações de Moradores, Sindicatos. Mas atuando apenas dentro destes movimentos ainda não podemos ser o sujeito da história, e não temos ainda a "ferramenta" com a qual poderemos mudar o sistema opressor que aí temos. Surge a política partidária como um desafio.

O passo individual para o partido tem demonstrado que leva o cristão a ir despreparado para o partido, como a um desenraizamento da base. Algumas experiências de passagem coletiva (em grupo) tem demonstrado bons resultados. Em nosso setor de CEBs estamos vivendo esta passagem conjunta. Alguns cristãos que sentem a necessidade da passagem para o partido, são organizados em pequenos núcleos (12 à 15 membros) para um aprofundamento de sua fé e um confronto com a esfera política antes desta passagem. Este processo faz com que o cristão se engaje mais ainda na comunidade, tendo uma militância consequente e fecunda no partido.

2. O passo coletivo não leva a uma partidarização da comunidade?

O grupo de cristãos que se engajam na busca da justiça, fraternidade e do amor, por meio da política partidária, confrontam sua fé (a Boa Nova do Reino) com as propostas dos partidos, como sua prática. Es-

te é um exercício difícil, mas ao mesmo tempo fácil, como disse uma jovem num destes grupos: "só não enxerga quem é cego"; o partido que nasceu de baixo, da base é este que merece nossa confiança. Temos que ajudar a construir-lo".

É notável que quando os membros das comunidades assumem esta postura, novos horizontes abrem para eles — um novo mundo, novo espaço para a busca da justiça está aberto.

Mas perguntamos: este passo coletivo não pode levar a comunidade a ser um núcleo do partido? Sem dúvida que corre este perigo, mas a prática nestes grupos não é confundida ou identificada como a prática da comunidade-instituição. É um grupo de cristãos que estão envolvidos na luta por uma nova sociedade, em que envolvem evangélicos e todos homens de boa vontade, e utilizam o meio da política partidária para chegar a isto. E estes cristãos continuam na práxis com a comunidade, sendo verdadeiros fermentos.

Conclusão

As CEBs não podem perder o universo simbólico da religiosidade popular para manter sempre acesa a chama da fé, mas as comunidades que querem construir o Reino não podem sufocar a força transformadora que esta fé carrega. E esta força transformadora está na conscientização e organização do povo na busca de justiça. O meio, o instrumento para chegar a isto é a política partidária.

Se esta passagem for individual levárá a um deslocamento da base do cristão, e ele entrará despreparado no engajamento partidário. Quanto à passagem coletiva, onde os cristãos refletem em grupo a questão da política partidária, e a partir disso fazem uma opção conjunta, tem demonstrado ser mais eficaz, tanto na atuação no partido, como seu maior enraizamento na base.

Este partido que vem da base é o PT.

Joaquim Parron Maria
Curitiba (PR)

CADERNOS DO CEDI

Canavieiros em greve	Cz\$ 70,00
Educação popular: Alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 35,00
Sexta assembléia do CMI	Cz\$ 35,00
Pões e garimpheiros: Terra e trabalho no Araguaia	Cz\$ 35,00
Roças comunitárias & outras experiências de coletivização ..	Cz\$ 35,00
Deixar vir a mim os pequeninos	Cz\$ 35,00

Índice**Ecologia**

- 4 ECOLOGIA E MOVIMENTO POPULAR
Ruy de Goes Leite de Barros
- 6 UM MOVIMENTO SOCIAL EMERGENTE
Frederico Fülgaff
- 9 ECOLOGIA E SAÚDE
Sebastião Pinheiro
- 12 AMAZÔNIA: DESMATAMENTO E
POVOS INDÍGENAS
Lux Vidal
- 14 ECOLOGIA: UMA PREOCUPAÇÃO
CRISTÃ
José Domingos Bragheto
- 16 ANOTE
- 18 AGROTÓXICOS NO BRASIL: EM
BUSCA DE ALTERNATIVAS
- 20 AGROTÓXICOS NO BRASIL:
ALIMENTOS CONTAMINADOS
David Hathaway

Constituinte

- 23 ENTREVISTA COM FÁBIO
FELDMANN
Antonio Carlos de Oliveira e
Ruy de Goes Leite de Barros

Rubem Alves

- 26 A LIBÉLULA E A TARTARUGA

Bíblia hoje

- 28 A SINFONIA DESAFINADA
Erni Drehmer

América Latina

- 30 O NOME DE DEUS NA NOVA
CONSTITUIÇÃO DA NICARÁGUA
Pablo Richard

Livros

- 31 O VENENO NOSSO DE CADA DIA
QUESTÕES NACIONAIS E
PROPOSTAS POPULARES

Última página

A DEVASTAÇÃO EM RONDÔNIA

E m defesa da vida

Nos últimos tempos temos nos confrontado com todo tipo de abusos contra a natureza: poluição das fábricas, mortandade de peixes, contaminação dos alimentos, devastação das matas, testes nucleares etc. É tudo muito aterrador e exige uma reflexão séria sobre o assunto. Para se ter uma idéia, basta lembrar o chamado "efeito estufa" (superaquecimento do planeta, provocado pelo excesso de gás carbônico na atmosfera), que levado às suas últimas consequências, pode chegar ao desaparecimento de cidades e até mesmo de países nos próximos anos.

O sentido de "dominar a natureza", foi totalmente deturpado pelo sistema que estamos vivendo. O que se verifica hoje é uma verdadeira espoliação da natureza, sem nenhuma preocupação com o equilíbrio ecológico. Não se nega aqui que o desenvolvimento técnico pode trazer benefícios para a humanidade e nem se pretende, é claro, uma volta ao sistema artesanal. Entretanto, espera-se que o desenvolvimento alcançado beneficie a todos e não apenas uma pequena minoria dominante. Mais ainda, se faz necessário que as classes populares participem das decisões sobre o desenvolvimento a ser implementado, pois sabemos que em última instância, são os pobres — principalmente dos países subdesenvolvidos — os que mais sofrem as conse-

quências do desvario das classes dominantes, inclusive no que diz respeito aos assuntos ecológicos.

Observa-se hoje uma tomada de consciência cada vez maior a respeitos dessa situação. O surgimento de movimentos sociais, partidos políticos, preocupados com esta questão, é algo bastante positivo. Contudo, é preciso reconhecer limitações existentes nestes movimentos porque o tema ainda não conseguiu sensibilizar as classes populares.

O nosso objetivo ao publicar um número de "Tempo e Presença" sobre Ecologia, não é somente o de denunciar, mas indo além de um novo alerta, conamar toda a sociedade no sentido de que se mobilize juntos aos movimentos ecológicos e partidos existentes, a fim de que se promova um verdadeiro reordenamento social de uma estrutura por demais envelhecida, causadora de tantos males. É preciso que se diga um sonoro basta a tudo isto. Que todos nós, movimentos populares, partidos políticos, igrejas e outros grupos da sociedade civil, possamos, em um trabalho coletivo, salvar o que ainda resta da natureza. A batalha será muito árdua, entretanto é este um dos maiores desafios apresentados hoje àqueles cuja audácia é o fator determinante da própria vida.

Ecologia

e

movimento popular

Ruy de Goes Leite de Barros

Ao ouvirmos falar em Ecologia no Brasil de hoje, muitas vezes associamos este tema à defesa de animais em extinção, à visão melodramática da Rede Globo de alguns desvios do sistema que precisam ser corrigidos ou, mais maldosamente, a se pendurar uma sambabaia no apartamento. No entanto, a questão é muito mais ampla e é fundamental que se pense mais profundamente nas relações possíveis e necessárias entre movimento popular e Ecologia.

A confusão começa com a definição do que é Ecologia, enquadrando-se no mesmo campo o pesquisador que estuda a influência do meio ambiente na reprodução das moscas e o participante do Partido Verde alemão que pretende medidas de controle social sobre as usinas nucleares. Na realidade, desde 1866, quando o biólogo alemão Ernest Haeckel propôs o termo "ecologia" para uma nova disciplina que estudasse a relação entre os animais e o seu ambiente, a palavra foi usada com múltiplos sentidos. Não cabe aqui negar a importância dos estudos acadêmicos ou o trabalho dos que lutam pela preservação das espécies, mas sim defender uma visão mais abrangente, que inclua uma aná-

lise sobre os desequilíbrios, suas causas econômicas e efeitos sobre a população.

A utopia impossível

Façamos a seguinte suposição: o que ocorreria se os países do Terceiro Mundo chegassesem ao nível de "desenvolvimento" e consumo alcançados pelos Estados Unidos? Haveria então na China 1 bilhão de automóveis consumindo gasolina, jogando gás carbônico na atmosfera e utilizando energia e matérias-primas na sua fabricação.

A produção de bens de consumo teria que envolver a criação de novas indústrias capazes de abastecer 5 bilhões de pessoas, demandando áreas agrícolas, fontes de água, materiais de construção, matérias-primas e com o consequente aumento da poluição de ar e água decorrentes de sua atividade.

Se pensarmos que hoje "com 13% da população mundial, os países capitalistas industrializados consomem 87% dos recursos energéticos, apropriam-se da metade da pesca mundial, não deixando ao Terceiro Mundo mais do que uma quinta

parte. Eles utilizam para se alimentar 20% das superfícies agrícolas do globo, além das suas próprias. Estabelecem no Sahel, em plena forma, uma criação de 150 mil hectares que deve fornecer carne à Europa. Dão 2/3 da colheita mundial de soja a seus animais, enquanto a soja é o primeiro alimento proteínico para 1 bilhão de habitantes da Ásia. Afirmam que a hidrosfera e a atmosfera serão envenenadas pelos resíduos de 8, 12 ou 16 bilhões de homens do próximo século; mas os 500 milhões de habitantes da Europa Ocidental e da América do Norte causam hoje ao meio ambiente tantos estragos como o fariam (se existissem) 10 bilhões de indianos". (Michel Bosquet — *Ecologie et Politique*).

Fica claro que, mantida a noção mais comum de desenvolvimento, é impossível a eliminação da pobreza: não há no planeta recursos suficientes para a extensão a toda a população dos benefícios gozados atualmente pelos países desenvolvidos às custas da exportação da miséria. Sob esta ótica, pode-se ver que os "países em vias de desenvolvimento" nunca serão desenvolvidos. A lógica cruel da repartição desigual das riquezas entre os países pressupõe também uma distribui-

ção desigual de acesso aos recursos naturais, às fontes energéticas, às matérias-primas e à alimentação.

Um dos pressupostos do capitalismo é o constante crescimento. A estagnação implica em crise. No entanto, há vários questionamentos a esta lógica de crescimento ilimitado. Já em 1972, um estudo encomendado pelo Clube de Roma apontava, baseado em modelos matemáticos, que o crescimento da demanda de matérias-primas e da degradação ambiental nos levaria a um beco sem saídas. A solução seria barrar o desenvolvimento. Para os países subdesenvolvidos isto implicaria em barrar as possibilidades de superar seus problemas. Mais que barrar o crescimento, devemos pensar que desenvolvimento é este, a quem serve e aonde nos levará.

Segundo o conceito vigente, desenvolvimento não significa, necessariamente, crescimento do bem-estar da população. Há uma lógica de desperdício onde muito do que se produz, com custos ambientais enormes, é perfeitamente dispensável. Uma boa parte do gasto militar de 1985, de aproximadamente 1 trilhão de dólares, é computado no crescimento do PIB de diversos países, e usado como índice de desenvolvimento. Isto não significa, em absoluto, uma elevação do nível de vida da população. Gasta-se, visando exclusivamente a uma minoria com a produção de artigos com um grau de sofisticação crescente, com os descartáveis de todos os tipos, com a obsoléteza programada. "Cita-se assim o exemplo da Philips que, na hora de lançar os primeiros tubos fluorescentes com 10 mil horas de duração (ou seja, 14 meses), resolveu por no mercado tubos cuja duração de vida fora reduzida a mil horas (ou seja, 42 dias). Mas, na maior parte do tempo essas leves façanhas da indústria são inúteis. A guerra pelo prestígio a que se entregam os consumidores engendra, por si só, uma demanda de novos produtos. Com efeito, cada um pensa que, graças a esses produtos, encontrará um meio de se distinguir da massa anônima." (Jean-Pierre Dupuy — *Introdução à Crítica da Ecologia Política*).

É esta a questão básica colocada pela Ecologia, ou seja, como crescer sem ter a ilusão de que os recursos naturais são inesgotáveis, sem a lógica do desperdício e do consumo pelo consumo, tendo uma visão mais ampla de como se estabeleceu uma relação harmônica não só entre os homens mas também entre o Homem e a Natureza.

"O Ecologismo nasce da percepção de que a atual crise ecológica não se deve a 'defeitos setoriais' e ocasionais do sistema dominante, mas é consequência direta de um modelo de civilização insustentável do ponto de vista ecológico. Desta forma, o Ecologismo coloca que apenas uma mudança global nas estruturas eco-

Luiz Carlos Muraukas (Agência Folha)



Manifestação ecológica no bairro da Mooca, em São Paulo, SP.

nómicas, sociais e culturais pode encaminhar uma solução para a atual crise ambiental. Mais ainda, o Ecologismo se desloca também da perspectiva conservacionista ao colocar como objetivo não apenas a resolução da crise ambiental, como também a da própria crise social. Em outras palavras, ele considera o modelo dominante não apenas ecologicamente insustentável como também socialmente injusto. A política ecologista, portanto, não se preocupa apenas em garantir a sobrevivência da espécie humana, mas sim em garantir essa sobrevivência pela construção de formas sociais que permitam a existência de uma sociedade não opressiva, igualitária, fraterna e libertária". (Antonio Lago e José Augusto Pádua — *O que é Ecologia*).

Ecologia e movimento popular

Há ainda o mito de que um país como o nosso, onde grande parte da população vive a miséria absoluta, onde a fome, o desemprego, os baixos salários e o analfabetismo são uma constante, falar em ecologia é privilégio da classe média.

Esta concepção, além de querer fracionar algo que é um todo, mostra uma visão estreita do que é Ecologia. É exatamente a parcela mais pobre da população que sofre com mais intensidade os efeitos dos desequilíbrios ambientais. A começar pelo ambiente urbano: enquanto os bairros ricos são arborizados, têm água, sistemas de esgotos etc., na periferia das grandes cidades encontramos um ambiente totalmente incompatível com as mínimas condições de vida. É esta população que convive com os lixões, os esgotos a céu aberto, os resíduos da sociedade industrial e todas as feridas características da falta de planejamento urbano. É lá que se localizam as indústrias poluidoras, e junto com elas a enorme presença de proble-

mas respiratórios. A distribuição desigual da riqueza vem acompanhada, da distribuição desigual — em sentido inverso, é claro! — da poluição.

A questão ecológica não será resolvida nem ignorando-se a sua existência, nem a partir de ações atomizadas dentro dos marcos do sistema. Ela passa por uma reformulação geral das concepções dominantes de desenvolvimento industrial predatório, por uma profunda mudança de mentalidade quanto à forma de vida e de cidadania, por uma nova forma de organização política e partidária. No entanto, estas ações cumprem um papel importante enquanto resistência imediata às agressões ao meio ambiente e às condições de vida, e enquanto agente formador de uma consciência ecológica, que deve buscar ressonância no movimento popular, em cujo âmbito de reivindicações estão lutas que poderiam ser travadas em comum com o movimento ecológico. Por exemplo: a questão indígena está intimamente relacionada com a preservação das florestas; na pauta de reivindicações dos sindicatos está presente a saúde no trabalho, a insalubridade, a desumanização da produção; a reforma agrária deve ocorrer juntamente com uma política agrícola que ataque a monocultura e os agrotóxicos.

Pensar em um futuro mais digno para a humanidade significa também saber conciliar estas questões. De nada nos servirá uma sociedade sem exploração do homem e com uma justa distribuição de riquezas em um planeta sem condições de abrigá-la, assim como é infantil se pensar em uma sociedade marcada pela exploração e a miséria assentada em um ambiente equilibrado.

Ruy de Goes Leite de Barros é geólogo e militante ecologista. Integra o programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC" do CEDI.

Um movimento social emergente

Frederico Füllgraf

No contexto latino-americano, o Brasil desponta como o país onde o protesto contra a degradação e onde as práticas eco-ambientalistas que se opõem ao ecocídio, encontram-se em estágio mais desenvolvido, como reconhecem os observadores dos países que nos circundam.

Mas, a explicação desta louvável tomada de consciência sobre a questão ecológica não reside na diferença cultural, definindo a brasiliade como "mais sensível" no trato com a Natureza.

Ao contrário: a nova consciência ecológica é fruto do caráter predatório do capitalismo que se instalou no Brasil e que agride com idêntica selvageria tanto ao trabalhador como aos ecossistemas — ambos degradados à categoria de "materia prima" na produção de riquezas.

O projeto "Calha Norte", a liquidação judicial das leis estaduais de agrotóxicos ou fito-sanitários (primeiro no Rio Grande do Sul, e agora o cartel do veneno investe contra o Paraná) e a retomada das obras das usinas nucleares de Angra 2 e 3, reafirmam a tendência velho-republicana à devastação.

A "nova" república não hesita em desconstruir a pátria amada até a erosão do último penhasco, de onde não veremos mais país nenhum.

Parece que, a cada dia, a tecnocracia estatal e a volúpia acumulacionista voltam a inspirar-se na máxima dantesca: "Segui il tuo corso e lascia dir le gente". Discurso autoritário e excludente, porque em nenhuma destas investidas do "desenvolvimento" contra a Natureza, os brasileiros são consultados se desejam viver no Inferno.

Cenários da devastação

Este inferno não é apenas uma referência emprestada dos "Cantos" de Dante nem uma paranóia dark/apocalíptica — o inferno é real e avança assustadoramente.

Senão, o que dizer dos 56 km² de mata virgem devastados diariamente na Amazônia?

O que dizer da redução da expectativa de vida em virtude dos altos índices de poluição do ar e da água no "Valle da Morte", cujo epicentro canceroso

é Cubatão?

— Que credibilidade têm os "estados de alarme" decretados pela Cetesb durante os períodos de inversão térmica, quando na verdade a poluição do ar da grande São Paulo chega a atingir índices de emergência, ameaçando seriamente a saúde pública?

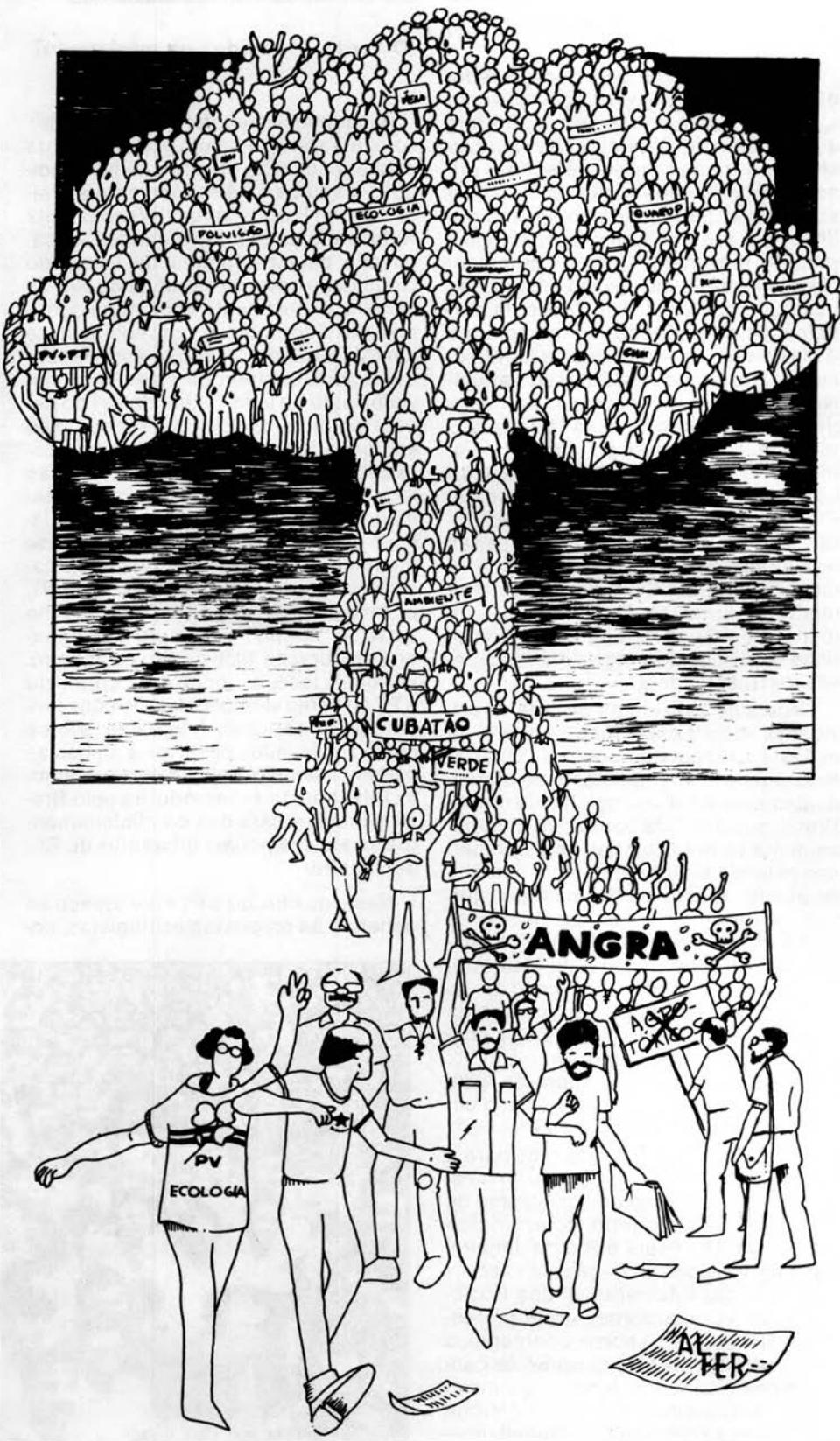
— Os sindicalistas brasileiros têm conhecimento da mobilização iniciada no final dos anos 70 pela CISL — Confederação Internacional dos Sindicatos Livres — com vistas à defesa da saúde dos trabalhadores nas minas e produção de elementos pré-fabricados na base de asbesto ou amianto, comprovadamente cancerígeno?

Nas plantações das monoculturas da soja, da cana e do algodão, continuam a morrer, anualmente, mais de 50 peões e pequenos agricultores durante a manipulação e a pulverização de agrotóxicos, em cada um dos estados agrícolas do sul brasileiro. A indústria agroquímica, encabeçada por um poderoso cartel de empresas transnacionais (Bayer, Hoechst, Dow, Ciba-Geigy, Monsanto, Shell, ICI, Rohm & Haas e outras), que no Brasil se faz representar pela Andef, instituiu, como em todo o mundo, eufem

mismos tais como "defensivo agrícola", pretendendo com isso sugerir que seus produtos não são veneno, bastando apenas que dele se faça "uso adequado". Isto quer dizer que, no Brasil, a regra é o uso "inadequado". O setor agroquímico não se cansa de apontar a falta de conhecimentos, de capacitação e treinamento dos agricultores brasileiros como as principais causas de intoxicações. Paradoxalmente, a indústria química só começou a admitir estes déficits mais de 20 anos após a arrancada da "revolução verde", que instituiu o atual modelo agrícola, tendo como um de seus principais ingredientes a injeção maciça de insumos químicos. Desde então, centenas de peões e agricultores morreram, mas não se tem conhecimento de nenhum processo movido pelas vítimas contra os produtores de agrotóxicos. Inversamente, a justiça brasileira culpabiliza os que pretendem reverter o quadro a favor das vítimas, e acolhe favoravelmente ações movidas pelos réus. É este o caso do Supremo Tribunal de Recursos — STR — que declarou "inconstitucional" a lei de agrotóxicos do estado do Rio Grande do Sul (aprovada com os votos do PDS antes do governo de Jair Soares), acatando argumento e peça acusatória da Andef, que, nesta lei, viu feridos os seus interesses econômicos. O mesmo ameaça ocorrer no Paraná, cujos tribunais resolveram deferir positivamente outro processo da Andef contra a lei de agrotóxicos daquele estado, considerada a mais perfeita do ponto de vista ecológico. A lei paranaense, que visa banir da agricultura agrotóxicos organoclorados de qualquer espécie, em virtude de seu efeito cancerígeno através da acumulação no tecido adiposo humano e animal, tem sido louvada por organismos da ONU. Com o que está provado que, o que é bom para a ONU, não é bom para o Brasil...

Ecologia — uma questão de cidadania

Sem dúvida nenhuma, foi no hinterland agrícola do país, que irromperam os primeiros atos de resistência ambientalista, já que o modelo predatório começou a solapar a sua própria base econômica. A devastação em menos de 30 anos das florestas nativas de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a instituição das monoculturas, agrediram violentemente os solos, provocando a erosão e o assoreamento dos rios. O ciclo da devastação começou então a fechar-se com períodos de estiagens prolongadas ou de



chuvas torrenciais, e as cada vez mais freqüentes enchentes e seus desdobramentos sociais, que o Brasil passou a conhecer com a literal submersão dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em 1982.

Neste contexto de devastação e redução da qualidade de vida, agravada com a contaminação dos recursos naturais e a poluição de alimentos, o conservacionismo tradicional — de ação e ótica localizadas, mas não globais — passou a ceder terreno ao ecologismo político, isto é, a entidades (associações, grupos, movimentos) que compreendiam a necessidade de uma intervenção política organizada. Foi o caso da participação de entidades na elaboração do texto das leis estaduais de agrotóxicos do Rio Grande do Sul e do Paraná. Na luta contra a construção de barragens e hidrelétricas, pela defesa e o tombamento da Serra do Mar (entre Paraná e São Paulo), contra a instalação de indústrias poluidoras (em Antonina, PR, acaba de ser realizado um plebiscito vitorioso), manifesta-se não apenas o zelo preservacionista (que por si só é uma atitude positiva), mas, principalmente, a afirmação da cidadania — dimensão e prática de direitos democráticos só vividos durante as grandes greves de trabalhadores.

Depois de quase uma década de atividades localizadas, mas também de ações espetaculares como o "Quarup Sete Quedas", acampamento de aproximadamente 4 mil ecologistas de todo o Brasil, que em 1982 ocuparam simbolicamente as Sete Quedas hoje submersas pela hidrelétrica de Itaipu, oascimento do "Hiroshima Nunca Mais" (jornada anual contra as usinas nucleares de Angra dos Reis), a comemoração militante e ativa da Semana do Meio Ambiente (primeira semana de junho de cada ano), as manifestações pacifistas (promovidas por grupos religiosos, ecologistas e artistas, como, por exemplo, o "Quarup da Paz", de outubro de 1986, no Rio de Janeiro), trouxeram à cena um novo movimento social.

A campanha eleitoral de 1986 para a Constituinte, finalmente, produziu o esperado imbricamento do ecologismo de origem rural com o protesto ecológico urbano de São Paulo e Rio de Janeiro, culminando com a criação da Ciec — Coordenação Interestadual dos Ecologistas pela Constituinte — que, pretendeu, como sugere o nome, coordenar, a nível nacional, uma "lista verde" de candidaturas naturais e aliadas do movimento. A despeito de todos os déficits com vistas à organização, disponibilidade de recursos financeiros e a falta de quadros políticos experientes, o eco-

gismo político elegeu o deputado estadual Carlos Minc (PT/PV-RJ) e conseguiu ampliar consideravelmente seus espaços em vários estados brasileiros.

O Verde — partido ou movimento?

A campanha eleitoral de 1986 não deixou de trazer à cena um novo elemento para a discussão ecologista: há condições maduras e há espaço para a criação de um Partido Verde (PV) no Brasil? A despeito da iniciativa carioca, encabeçada pela campanha de Fernando Gabeira ao governo estadual do Rio de Janeiro, o movimento ecologista continua dividido sobre a conveniência de um PV. Deixando de lado os setores conservacionistas (porque estes já se haviam posto de lado, "exilando-se" do debate político-ideológico), a discussão em torno da questão partidária hoje está polarizada entre setores ecologistas identificados com o Partido dos Trabalhadores (PT) e independentes de um lado, e do outro, o núcleo povoista, que se aferrou a uma aliança (errôneamente caracterizada de "coligação") com o PT, partido do qual desconfia, mas que lhe serve de "cavalo", a exemplo da campanha eleitoral de 1986 no Rio de Janeiro. Por outro lado, o "jóquei" PV conduziu o PT ao páreo vitorioso das eleições proporcionais cariocas. A troca de favores rendeu dividendos positivos a ambas as partes do acordo. Este acordo, entretanto, dificilmente se reproduzirá pelo Brasil afora, em vista dos condicionamentos locais e regionais diferentes do Rio de Janeiro.

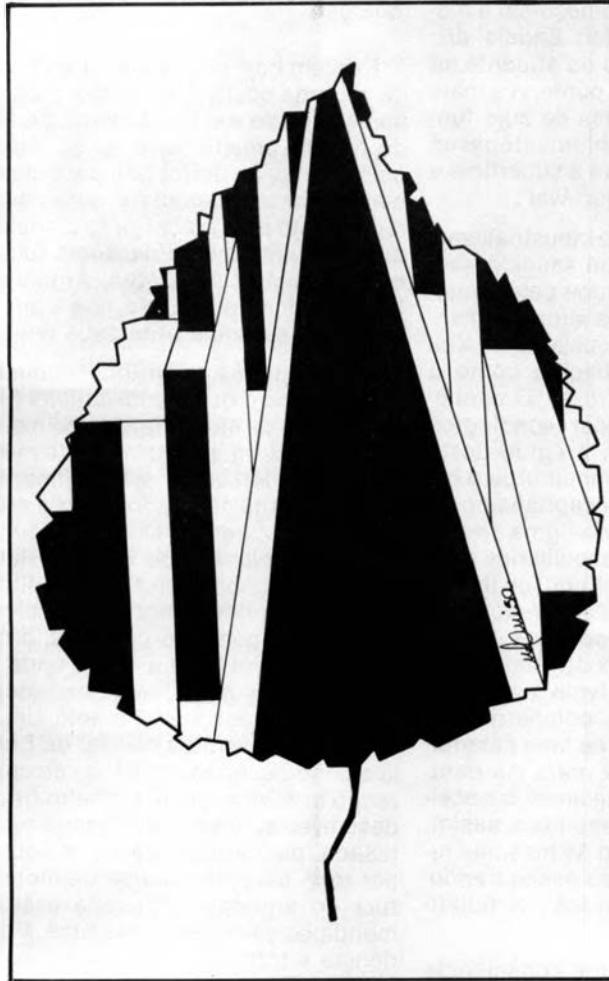
Neste quadro, ou o PT abre espaço ao debate e às propostas ecologistas, co-

mo no caso da resolução de 1985 condenando o uso dos agrotóxicos no Brasil, estimulando o fortalecimento de um vigoroso movimento social ecologista, autônomo em relação aos partidos políticos e independente do Estado, ou as lideranças das entidades ainda identificadas com o PT, mas temerosas de sua marginalização, desbandarão para o PV ou para a militância à frente de entidades. Movimento social emergente, o ecologismo brasileiro tem de assumir sua maioria política, aprofundar sua prática, buscar formas de autofinanciamento, capacitar e treinar seus militantes, ousar intervir de forma organizada nas decisões relacionadas com a cidadania. Esta foi a trajetória do ecologismo político alemão até a criação dos verdes (Die Grünen) sempre tão lembrados e reverenciados em um debate que envolve realidades e critérios francamente pouco semelhantes aos da República Federal da Alemanha.

Se a dengue é a "radiatividade dos pobres", nem por isso Chernobyl deixou de produzir efeitos no Brasil: quem mais ingeriu leite em pó radiativamente contaminado com Césio 134, foram as crianças do ABC paulista. O desafio à compreensão colocado pelo ecologismo político aos movimentos sociais no Brasil, é: nossa identidade se produz ao reconhecermos a necessidade da luta simultânea contra as causas do subdesenvolvimento social e os efeitos do hi-perdesenvolvimento tecnológico — seu tronco comum chama-se entropia.

Frederico Füllgraf é cineasta (*Desapropriado, Quarup Sete Quedas, Dose Diária Aceitável*), consultor de Vídeo do CEDI e pesquisador em Ecologia.





Ecologia e saúde

Sebastião Pinheiro

Quando pensamos em saúde, imediatamente, somos obrigados a pensar em um corpo. Observe-se que, também, figurativamente, usamos o termo "saúde política" ou "saúde econômica" em referência à saúde do governo (organismo). Consideramos o termo saúde subjetivo, substituí-lo por um outro que lhe desse abrangência objetiva, a fim de comparação, talvez o termo "equilíbrio" fosse mais farto. Equilíbrio de uma glândula, das glândulas, do órgão, do organismo e os organismos que compõem o corpo nos dá a sensação objetiva de saúde, ao contrário, e, ao mesmo tempo, fica evidente que desequilíbrio gera doenças ou vetores de doenças.

O que é ecologia? Segundo os dicionários: 1º) estudo das relações entre os seres vivos e o meio ambiente em que vivem, bem como as recíprocas influências; 2º) ecologia é também ou pode ser definida como, "estudo dos ecossistemas"; ou ainda, 3º) "estudo do desenvolvimento das comunidades humanas em relação com o meio ambiente". Nas conceituações acima, vemos que o ser e o

ambiente estão interligados, individual e coletivamente, através da população, comunidade e, por conseguinte, da sociedade, logo uma alteração ambiental acarretará, obrigatoriamente, uma alteração sobre o indivíduo, a população, a comunidade, ou seja, sobre a saúde individual-comunitária de toda a sociedade.

Saúde do ambiente

Se alguém perguntasse se há relação entre saúde e erosão do solo, nós, prontamente, rememoraríamos a Grécia Democrática, onde a erosão do solo destruiu a agricultura, que levou à fome e decadência e, por fim, à destruição da cultura grega. Agora, se a colocação fosse se há relação entre saúde e tecnologia, retornaríamos ao Fértil Crescente, onde técnicas de irrigação, inadequadas a longo prazo, trouxeram a salinização do solo, que se transformou num imenso deserto (Iraque).

Por fim, apresentamos um exemplo

sobre a perda da saúde do indivíduo e suas consequências: "enquanto o solo da Primeira Democracia era levado para o mar, Fértil Crescente salinizado na primeira república (Roma), construiu-se a primeira cidade de mais de um milhão de habitantes, com, evidentemente, a maior cloaca do mundo. Os brilhantes engenheiros romanos levavam o lixo e os esgotos para dentro dos canais d'água aos subúrbios, e ao mesmo tempo, os cadáveres da plebe eram enterrados do lado de fora dos muros da cidade. Roma tornou-se uma metrópole fedorenta, assolada por pestes e, segundo um historiador, atingiu o mais baixo grau em instalações sanitárias e em higiene, nunca visto nas mais primitivas comunidades". Os romanos tiveram sua saúde destruída lenta e gradualmente através das gerações, por algo invisível, insípido, inodoro e, também, para a época imensurável. Ao descobrirem os efeitos nefastos do zinabre das vasilhas de cobre sobre a saúde humana, os cidadãos prudentes substituiram suas baixelas (taças, facas, pratos etc.) por peças de estanho, que trazia uma impureza em pequeníssimas quantidades, o

chumbo, que era solubilizado pela acidez dos alimentos e vinho romano. Esta contaminação (saturnismo) é apontada como uma das principais causas da decadência e destruição do Império Romano, através de seus sintomas típicos: irritação, estupidez, agressividade etc.

Ambiente da saúde

No século 14, o rei Eduardo 1º, devendo ao ar de Londres no inverno ficar poluído pela fumaça das chaminés, por causa da inversão térmica, proibiu a queima de carvão mineral, que aquecia as residências mas empestava o ar da cidade. Os infratores de tal edicto seriam condenados à morte. Isto ocorreu em 1322. Não foram os congelamentos e as decaptações que aniquilaram a corte ou a população, mas foi a falta de higiene que matou um terço da população europeia através das pestes. Estamos tratando de ecologia e saúde simultaneamente! Poderíamos restringir tudo a uma pequena frase: *ecologia e saúde estão diretamente e intimamente relacionadas*, pois uma é causa e a outra efeito, uma o organismo e a outra seu estado, sendo as inversas também válidas. Mas não podemos terminar aqui, faltam ainda alguns elementos nesta nossa relação de causa-efeito.

Ecologia, saúde e economia

Herman Daly em seu livro *A Economia do Século 21* apóea um pensamento de Chesterton: "Não há nada à frente a não ser a planície selvagem da padronização bolchevista ou capitalista, mas é estranho que alguns de nós tenham sanidade, ainda que fugaz, enquanto outros sigam em frente presos, eternamente, ao agigantamento sem liberdade e ao progresso sem esperança". Dentro desta ótica, muitos vêem a natureza, somente como um monte de recursos para consumo humano, ou "chauvinisticamente" como seu patrimônio intelectual; outros a tem como tema da moda.

Karl Marx disse: "Os recursos naturais são as condições da produção e são invariáveis". Crasso erro, como veremos adiante.

Em nossa evolução, a primeira revolução planetária se dá com o homem deixando de ser nômade, para ser sedentário (como são sábios nossos indígenas amazônicos, dada a fragilidade — saúde — de seu habitat). A segunda transformação é a revolução industrial. Quando o homem deixa os campos para ir trabalhar nas fábricas, aqui irão

exponenciar-se os problemas da poluição do ambiente e da saúde. Os gases nocivos das fábricas começaram a matar a natureza. Friedrich Engels diz: "Cruzando um rio, perto do afluente de uma fábrica, sobre uma ponte, vi a mais repugnante poça de lama de cujo fundo borbulhavam constantemente gases miasmáticos que vinham à superfície e tinham um fedor insuportável".

Com o crescimento do industrialismo, homem e natureza — ou saúde e ecologia — foram subjugados pela tecnologia, e por ela tratados subjetivamente, que, na época, usava um alibi pseudo-científico, conhecido como o Credo Baconiano, que reza: "O conhecimento científico é poder tecnológico sobre a natureza". Sob a égide deste pensamento é que se transmutou o capitalismo comercial em capitalismo industrial. Dentro do paradigma industrial, encontraremos desequilíbrios a serem definidos. Thomas Kuhn, no livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*, diz: "A ciência normal consiste, principalmente, na resolução de charadas e no refinamento de modelos que se encaixam no paradigma compartilhado por todos os cientistas de uma determinada disciplina. Ainda mais, os estudantes da ciência são ensinados a aceitar o paradigma prevalecendo e, assim, seus trabalhos aderirão às mesmas regras, modelos e padrões assegurando, desta maneira, a construção cumulativa do conhecimento.

Assim, como só temos consciência da lente de nosso óculos, após termos problemas em enxergar claramente, também somos inconscientes do paradigma até que a claridade do pensamento científico se torne deformada pela anomalia. Mesmo sob pressão de fatos que não parecem se encaixar, os paradigmas não são facilmente abandonados. Se o fossem, não haveria coesão e a coerência necessárias para a formação de uma comunidade científica. Muitas anomalias são resolvidas dentro do paradigma e precisam ser, a fim de que o paradigma comande a fidelidade dos cientistas. Abandonar um paradigma em favor de outro é mudar a base interna da comunidade intelectual entre os cientistas de uma disciplina. Por esta razão, Kuhn denomina tais mudanças de revoluções científicas. Descontínuo em relação ao anterior, um novo paradigma deve, primeiro, basear-se em seus próprios critérios para justificar-se, pois, muitas das questões que surgem e muitas das respostas que podem ser encontradas estão, provavelmente, ausentes no paradigma anterior. Até o mesmo debate racional entre os defensores de diferentes paradigmas é, normalmente, limitado; pois, "os proponentes de dois

paradigmas podem não concordar sobre o que é um problema e o que é uma solução..."

Existem hoje no planeta duas formas de sistema sócio-econômico: o capitalismo privado e o capitalismo de Estado. Não há uma terceira opção! Ambos os sistemas se defrontam para crescer e aniquilar o antagonista, estão preparados tanto para o confronto planetário, que o equilíbrio impede, como para as escaramuças tipo Vietnã, Afeganistão, Líbano, Nicarágua, Líbia, que a pesquisa bélica estimula para seus testes.

O paradigma científico industrial transformou o bem *saúde/ambiente* em subjetivo e os industriais do hemisfério norte transformaram o resto do mundo em fornecedores de matéria-prima, e, ao mesmo tempo, mercado para os produtos manufaturados. Do livro *Ecologia para Princípios*, de Croall e Rankin (1981), extraímos: "Em 1700 a capital de Bengala era rica, a agricultura diversificada e a economia próspera, o mesmo ocorria em toda a Índia, onde não havia miséria nem desajustes sociais, a cultura florescia exuberante. Um marinheiro comparou a capital de Bengala a Londres. Após cem anos de colonização britânica, um marinheiro francês descreveu sobre a Índia: 'A terra está arrasada, pela erosão, vêm-se desertos por toda parte por causa da monocultura do algodão, a miséria avassala, mendigos esmolam pelas ruas, a decadência é total...'".

Colonização/destruição da saúde/ambiente

Esta devastação individual, comunitária, social é fruto do imperialismo. Do ponto de vista higiênico-sanitário, podemos definir o imperialismo como a "transfusão do sangue de uma sociedade dominada para a sociedade dominadora". É, portanto, óbvio que o imperialismo necessita que haja um desenvolvimento dependente na nação espoliada, que subsidie os custos de suas pesquisas tecnológicas da sede do império, como por exemplo: Plano Marshall, Aliança para o Progresso, Revolução Verde, Programa de Ajuda para o Desenvolvimento, Plano de Transferência Tecnológica etc., assim, quando um regionalista imperializado fala nas necessidades de industrialização neste ou naquele setor e é contestado pelo ambientalista, ou melhor, pelo sanitário da natureza, vemos dois monólogos que não formam um diálogo.

Marx enunciou: "A produção capitalista interrompe a circulação da matéria e o solo e impede que seja restituí-

do a este, os seus elementos". Cientificamente, Justus Von Liebig comprovou isto, mas o paradigma industrial impede que seja colocado ao alcance da agronomia, da agricultura e da economia. As consequências de uma economia submetida a interesses imperialistas dará origem à desnutrição/decadência da sociedade (população e recursos naturais). Quando o desequilíbrio aparece, como vem ocorrendo ultimamente no nosso país, surgem ou ressurgem epidemias há tanto erradicadas, como é o caso da febre amarela, da dengue, da malária, esquistossomose e da tripanosomíase etc., mergulhando o Brasil numa verdadeira época "medieval europeia" em pleno século 21, que está por chegar.

Despertar para saúde/ambiente

Parece que saímos do "buraco negro" e avistamos, na imensidão do Universo, uma "estrela nova" que nasce, como um brilho fugaz, uma esperança.

Na Europa, trabalhadores comunistas poloneses resolvem fundar um sin-

dato livre (Solidariedade); na Alemanha Ocidental, os dissidentes do industrialismo fundam um partido político e sacodem também a democracia do estado industrial; na França socialista o governo comete um ato de terrorismo contra um barco de uma entidade pacifista internacional "Green's Peace" matando um trabalhador; na Alemanha Oriental, Rudolf Bahro escreve um livro de Ecologia, é preso e, posteriormente, é vendido aos alemães ocidentais. Diante disto, podemos dizer que *ambiente-saúde (equilíbrio)* é o que falta ao mundo.

Brasil ambiente

Em nosso país, nos primórdios do modernismo literário, se disse: "muita saúva (formiga carregadeira) e pouca saúde os males do Brasil são". Muito formicida foi usado de balde. Poucos entenderam que saúva era uma referência à corrupção!

Hoje, nosso país possui uma reserva de mercado na área de Informática, protegendo computadores de 500 mil "bytes" enquanto que 30 milhões de

computadores de 500 trilhões de "bytes" (cérebro) perambulam pela ruas desnutridos, abandonados, sem futuro, sem reserva de mercado, uma verdadeira ironia! Recentemente, durante um debate técnico, uma acadêmica do curso de nutrição lançou a pergunta: "A quem pode interessar uma criança bem nutrita?".

Brasil saúde

O desequilíbrio traz a doença-nacional, que para ser eliminada necessita do remédio *Assembléia Constituinte*, e não *Congresso Constituinte*, pois a diferença entre ambos está que o primeiro é formulado com "meios de contenção democrática do capital multinacional", sinergizado com uma reforma agrária ampla e total, para termos saúde e ambiente na plenitude de seus conceitos.

Sebastião Pinheiro integra a Associação Gaúcha de Proteção Ambiental (Agapan) e trabalha no Ministério da Agricultura.



LANÇAMENTOS DO CEDI

Pai nosso (Rubem Alves) - Co-edição com Edições Paulinas. Cz\$ 110,00

Um enfoque poético-teológico da figura do Pai. "O pai de olhos mansos só existe em nós como uma nostalgia, uma saudade, uma tristeza. Mansidão precisa voltar. E sabemos que ela é a dádiva de um olhar. E é por isto que Jesus nos ensinou a orar, chamando de volta o olhar manso, aquele que nos fará sorrir de novo: *Pai nosso...*"

Trabalhadores urbanos no Brasil/82-84, Aconteceu Especial 16, Cz\$ 70,00.

Levantamento dos principais fatos que marcaram a vida dos trabalhadores urbanos no Brasil, no período que abrange três anos: 1982, 1983 e 1984. Traz análises das conjunturas econômica, po-

lítica e sindical e um levantamento, na imprensa sindical e diária, dos principais acontecimentos de cada categoria profissional dos trabalhadores urbanos.

O caminho da escola — luta popular pela escola pública, Cadernos do CEDI 15, Cz\$ 50,00

Periferia: desafio à unidade, Cadernos do CEDI 16, Cz\$ 50,00

Dois novos lançamentos da série Cadernos do CEDI. O primeiro trata das lutas dos movimentos populares da Zona Leste da cidade de São Paulo pelo direito à educação. O segundo registra a experiência das igrejas Metodista, Episcopal e IECLB (luterana) na implantação de uma Pastoral Ecumênica de Periferia, no sul do país.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI — Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP

Amazônia

Desmatamento e povos indígenas

Vincent Carelli



Um grupo de índios Xikrin voltando de uma caçada.

Lux Vidal

Nestes últimos anos pode-se dizer que uma das maiores preocupações dos índios e daqueles que os apóiam tem sido conseguir que o governo demarcasse, de uma vez por todas, corretamente, as terras indígenas.

A ameaça de autorização para atividades de mineração em áreas indígenas e as invasões espontâneas por parte de garimpeiros, vêm mostrar como a simples demarcação não é suficiente se não há garantias que efetivamente assegurem a preservação desses territórios.

Enquanto este processo se dá com extrema lentidão, e mesmo para algumas áreas sem previsão de solução a curto prazo, a implantação de sucessivos macro-projetos na Amazônia Legal, vem transformando de modo radical a paisagem e o ecossistema da região, a tal ponto que alguns pesquisadores falam abertamente em "década da destruição". Todos concordam que estes próximos anos serão decisivos: se a taxa de desmatamento continuar a mesma, a taxa de transformação será tão alarmante quanto a própria destruição.

A Amazônia possui 1/5 das florestas do mundo, 1/6 de sua água doce e 1/10 de todas as espécies terrestres. Segundo alguns especialistas em menos de 75 anos o sistema como um todo pode entrar em colapso, condenando a humanidade a um futuro incerto. A maior tragédia, atualmente, é sem dúvida o acelerado desmatamento que já destruiu boa parte da cobertura vegetal no estado de Rondônia e que, devido às coerções de um sistema capitalista global e a necessidade de produzir a qualquer custo para exportar, se alastrá agora pelo sudeste do Pará e do Maranhão.

Para dar apenas um exemplo das proporções do problema, vejamos o que vem acontecendo, numa área restrita do Projeto Ferro-Carajás. Ao longo da ferrovia, foi aprovada a instalação de onze indústrias siderúrgicas, com incentivos do Programa Grande Carajás (PGC): cinco em Açaílândia, três em Jarabá, uma em Paramébas, uma em Rosário e uma em Santa Inês. Estas indústrias precisarão de 3,2 milhões de metros cúbicos de carvão vegetal ao ano, o que corresponde a um desmatamen-

to anual de vinte mil hectares. Por outro lado, em quatro anos, de 1982 a 1984 se desmatou no Pará quatrocentos mil hectares. O PGC argumenta que as indústrias apenas consumirão 1/5 desse total, por ano, querendo mostrar que o desmatamento ocorre antes mesmo das indústrias lá se localizarem. Na verdade o que vai acontecer é que os dois tipos de desmatamentos irão se somar. Por sua vez o IBDF estipulou que 50% do carvão seja retirado da área pertencente à própria indústria exigindo reflorestamento. Mas o prazo para esse reflorestamento seria de dez anos. É fácil calcular que durante este tempo a destruição florestal terá alcançado proporções irreversíveis. Mesmo assim estas indústrias ainda precisarão comprar parte de seu carvão a terceiros. Deste modo a população local, garimpeiros, regionais e índios se transformarão em carvoeiros.

As reservas indígenas diretamente ameaçadas são Caru, Pindaré, Guajá, Araribóia, no Maranhão, e Mãe Maria, no Pará.

Para Mãe Maria, aliás, o problema já



O desmatamento na Amazônia alcançará proporções irreversíveis nos próximos dez anos.

se configurou, ainda que indiretamente. Há 130 famílias de posseiros cadastrados dentro da reserva indígena e que deverão ser reassentados. Uma das áreas destinadas ao reassentamento, a fazenda Uba, à margem esquerda do Tocantins, no município de São João do Araguaia, foi adquirida para servir como reserva de carvão vegetal para a Itamina, uma siderúrgica, já instalada com incentivos do PGC. Uma outra situação que está se tornando insustentável é a retirada de madeira nobre, especialmente mogno, das reservas dos índios Xikrin, no sudeste do Pará, pelas madeireiras instaladas ao longo da PA-279 e em São Félix do Xingu. Não temos cifras precisas da retirada global de mogno naquela região, mas o exemplo dos Xikrin do Cateté pode dar uma idéia dos mecanismos locais e da complexidade da situação que se cria quando os índios entram neste tipo de negociação.

Em 1980, uma fazenda invadiu a reserva desses índios e desmatou totalmente 39 mil hectares. Desde 1982, o Getat desmatou uma faixa de 8 km de largura entre o pique demarcatório sul da reserva e a PA-279 para o assentamento de colonos. Foram destruídos arbitrariamente hectares de mata e poluídas as cabeceiras dos rios que banham o território Xikrin. Devido a esse desmatamento o acesso às matas da reserva se tornou mais fácil.

Em 1985, pressionado pelos índios, o delegado regional da Funai em Belém assinou um contrato particular de alienação de 8.000 m³ de mogno com a firma Ipama Indústria de Madeiras Ltda. O que representa a derrubada de 2.500 árvores de mogno na reserva Xikrin ou

no mínimo 400 hectares de massa contínua destruída. Não há nenhuma cláusula que proíba a destruição de outras espécies, como os buritizais, que se encontram, sob forma concentrada, justamente na região sul da reserva. Não se entende, tampouco, porque o contrato é apenas para o mogno, quando se sabe que muitas outras espécies, de grande valor comercial serão também derrubadas. Não há nenhuma cláusula sobre as técnicas de retirada da madeira, estradas de acesso, controle da medição.

Sem dúvida os índios foram pressionados pela madeireira. Mas como atacar publicamente a "vontade" dos índios, se hoje se luta pelo respeito a essa vontade, e até pela autodeterminação dos povos indígenas. Ainda mais a Constituição declara que os índios têm o usufruto exclusivo de todas as riquezas e utilidades existentes em suas terras.

A pedido do Comitê de Ajuda aos Xikrin, a advogada Eunice Paiva elaborou um parecer para permitir uma discussão mais ampla sobre o tema. O que ela discute é o que se deve entender por usufruto sem destruir a substância da coisa. Isto é, o índio pode usar, como sempre o fez, os frutos da floresta, mas são utilidades para a construção de casas, instrumentos de trabalho etc., o que não destrói a substância do bem que é a floresta. Segundo a advogada, o direito moderno tem considerado a floresta como um bem comum e a protege com leis especiais. E assim sendo, está excluída a hipótese de extrair madeira de terra indígena para que o produto se constitua em bem de patrimônio indígena ou renda. Do ponto de vis-

ta legal, segundo o código florestal, é proibido retirar madeira de uma área indígena assim como desmatar ao longo das margens dos rios e igarapés, ou ainda destruir nichos ecológicos de grande importância para a preservação e renovação de certas espécies. O mogno, como se sabe, não é renovável. Trata-se assim de uma perda pura e simples.

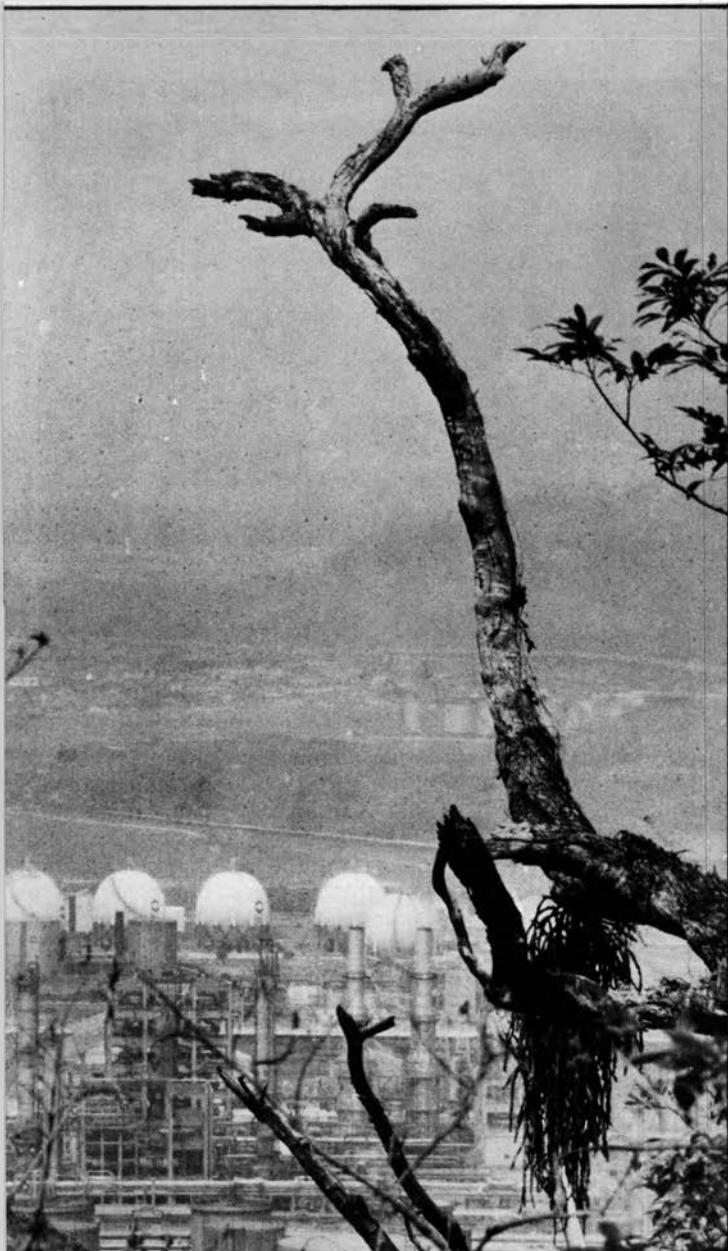
Os índios explicam que os brancos estão destruindo as florestas de seus territórios tradicionais. De modo imediatista, e seguindo o modelo vigente na região, eles raciocinam que perdido por perdido é mais vantajoso eles mesmos venderem a sua madeira. O que é mais grave é que esta venda não obedece a nenhum programa ou a uma necessidade premente. Os índios, atualmente, não sabem nem como ou em que aplicar as grandes quantias de dinheiro recebidas pela madeira, em benefício da comunidade.

Não resta dúvida que uma política de preservação ambiental apenas pode ser implantada quando considerada sob a forma de uma política global, a nível nacional e da qual os índios, enquanto cidadãos brasileiros, também participariam.

A questão indígena, hoje, é parte indissolúvel de uma questão bem maior: o futuro da Amazônia.

(Texto extraído do Boletim da Associação Brasileira de Antropologia nº 2, agosto/novembro de 1986)

Lux Vidal é antropóloga do Depto. de Ciências Sociais da USP, presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo e realiza pesquisas e atividades de apoio aos Xikrin do Cateté há vinte anos.



Ecologia

uma preocupação cristã

José Domingos Braghetto

A defesa da natureza e do meio ambiente tem estado na pauta de preocupações das igrejas cristãs. Ela, entretanto, não se impõe somente a partir de um pragmatismo utilitarista, mas principalmente a partir da própria comovedora profundidade do plano do Criador. As igrejas, inseridas num verdadeiro trabalho de libertação da espécie humana, crêem que a libertação total da humanidade, envolve uma libertação misteriosa da natureza, que "nos novos céus e novas terras" (Ap 21,22), revelará o esplendor do próprio Deus.

Deus criou o mundo, examinou tudo o que criara e constatou que tudo era bom (cf. Gn 1,31). Antes da perversão do pecado, o mundo era o "paraíso", belo, intacto, harmonioso. Desequilibrada pelo homem, a natureza se rebela contra ele: "A terra será maldita por tua causa"

(Gn 3,27). Operando a reconciliação dos homens com o Criador, Cristo inaugurou também a reconciliação da natureza com o homem. A dimensão ecológica, está intimamente inserida na realização plena do Reino de Deus, num sentido escatológico, evidentemente. E quando nos comprometemos a lutar pelo Reino de Deus, sem dúvida nenhuma, esta dimensão está ligada aos trabalhos pastorais.

Na raiz desta ação do homem, está o próprio conceito que se tem de progresso. A encíclica "Populorum Progressio", do papa Paulo VI, alerta para as exigências de desenvolvimento integral e solidário. É óbvio que não se admite um retrocesso da humanidade, ou seja, uma volta aos tempos do artesanato, dos transportes de tração animal. Trata-se de uma melhor organização social, para que, por exemplo, uma máquina de

cortar cana, que faz o serviço de uns 60 homens, não deixe estes mesmos homens, na "rua da amargura", como tem acontecido em nosso estado, principalmente quando há movimentos reivindicatórios por parte dos "bóias-frias" em São Paulo.

Urge que os cristãos das diversas denominações, baseados nas perspectivas bíblicas e das diversas teologias que buscam o bem-estar e a libertação integral do homem e da mulher, se unam num grande movimento ecumênico pela vida em ações eficazes. Em primeiro lugar, trata-se de superar o egoísmo, o consumismo, a ganância de possuir mais e mais a qualquer preço. Trata-se de preservar e conservar o ar, a água, a flora e a fauna que são elementos necessários ao próximo. Enfim, trata-se de se proporcionar uma nova educação, que sirva para uma aquisição de novos

habitos mais sadios. Esta educação deve iniciar-se em casa, na família, estendendo-se, é claro, às escolas, através de aulas de Ecologia e outras iniciativas pedagógicas. Os meios de comunicação também têm papel preponderante, no sentido de denunciar os abusos freqüentes contra a natureza, e dando sugestões positivas, que devem alcançar toda a comunidade.

As igrejas devem também, por sua vez, oferecer espaços cada vez maiores na criação destes novos hábitos, em suas catequesis, devocionais, pregações, atos penitenciais etc. As entidades que defendem o meio ambiente, devem merecer todo o nosso respeito e apoio. Com a criação de uma nova consciência, voltada para a Ecologia, ficarão mais fáceis os gestos concretos como: plantar árvores e conservá-las, evitar a derrubada desnecessária das matas e árvores, reflorestar, dar o destino adequado ao lixo, obedecer às leis que dizem respeito à poluição sonora, evitar o uso de agrotóxicos, não poluir as correntes de água, e outras atitudes de solidariedade e fraternidade.

A destinação universal da terra a todos os homens é o tema de fundo das igrejas, visto que Deus fez o mundo para os seus filhos. A maneira prática e eficaz de valorizar os recursos potenciais da terra foi permitir a sua apropriação parcelada. A perversão humana, porém, aos poucos foi impedindo a grande

maioria de possuir estes bens, e a minoria começou a explorar esta terra em benefício próprio. Ora, é importante lembrar que "ninguém pode ser proprietário de modo absoluto e egoísta do ambiente natural, que não é uma "res nullius", propriedade de ninguém, mas a "res omnium", um patrimônio da humanidade, devendo os seus detentores, particulares ou públicos, regular o uso do mesmo em benefício de todos. O homem é certamente a primeira e a mais verdadeira riqueza da terra. (Mensagem de Paulo 6º à Conferência sobre o Ambiente, 1/6/1972). Assim, nenhuma forma de apropriação é legítima, se prejudica o patrimônio que é de todos.

As igrejas cristãs, estão constantemente lembrando às pessoas sobre a sua responsabilidade perante a natureza e o meio ambiente. Uma das teologias que coloca bem esta lembrança é a teologia luterana. Ela usa largamente a palavra "mordomia", para exprimir que o homem, em nome de Deus, deve administrar o mundo, usando-o e desenvolvendo-o de acordo com as sábias leis da Criação. O homem como "mordomo" é descrito no Sl 8,5-8, em Mt 21,33-44, em Lc 16,1-9, em Mt 25,14-30, aparecendo como "pouco menor que os anjos", mas obrigado a prestar contas ao Senhor. Por isso, Paulo 6º proclama que os homens são "guardas da criação de Deus" (Mensagem ao 5º Dia Mundial do Ambiente, 5/6/1977), não lhe cabendo exercer "um domínio despótico so-

bre o ambiente humano, mas, sim, descobrir a tempo o caminho do seu crescimento material, da prudente moderação no uso dos alimentos terrestres e de uma verdadeira pobreza de espírito". É trágico reafirmarmos ainda hoje que o homem, geralmente por malícia, tem sido um mau administrador do mundo. Ele o tem desequilibrado em função de sua própria ganância, inserido num contexto de um sistema que o impele a sempre ter mais, numa sede insaciável de bens.

Nós, cristãos, não podemos nos contentar simplesmente em denunciar as violações, que todos os dias vemos a respeito da natureza e do meio ambiente. Faz-se necessário que, junto aos movimentos ecológicos organizados, possamos forjar propostas e lutas contra o ecocídio desvairado. O congresso constituinte está aí. Mesmo com maioria conservadora, ainda é o espaço por excelência para que as propostas dos movimentos sociais, em geral, e do movimento ecológico, em particular, se façam presentes. Que saibamos nos unir a todas as pessoas de boa vontade para que isso aconteça. Estaremos assim construindo o Reino de Deus num mundo solidário e justo.

(Elaborado a partir do texto-base da Campanha da Fraternidade da CNBB em 1979, cujo lema foi: "Preserve o que é de todos".)



Ozônio: um escudo em extinção?

Segundo cientistas da Nasa, está havendo uma redução na camada de ozônio na estratosfera sobre o hemisfério norte, a exemplo do que já havia sido detectado no hemisfério sul, sobre a Antártida, com uma intensidade bem maior.

O ozônio é uma substância presente na atmosfera que cumpre um importante papel na preservação da vida na Terra, filtrando naturalmente as radiações ultravioletas emitidas pelo Sol. Um aumento na intensidade dessas radiações, que pode ocorrer em função da diminuição da camada de ozônio, pode ocasionar efeitos seriíssimos, como um aumento das taxas de câncer na pele e problemas oculares, como cataratas e danos na retina. As reações do sistema imunológico também seriam afetadas, causando aumento nas taxas de hepatite, herpes e outras doenças. Toda a vida animal e vegetal também seria atingida, podendo haver o colapso de cadeias alimentares aquáticas e quebras nas safras agrícolas.

Desde 1974 se sabe que um dos agentes causadores do fenômeno são os produtos

químicos chamados clorofluorcarbonos, usados em latas de aerossóis e outras aplicações industriais. Estudos publicados pelo Centro de Graduação de Oregon (EUA) mostram que, nos últimos dez anos, dobrou a concentração atmosférica destes produtos. Negociações internacionais em curso visam agora a formulação de medidas visando o controle de sua fabricação.

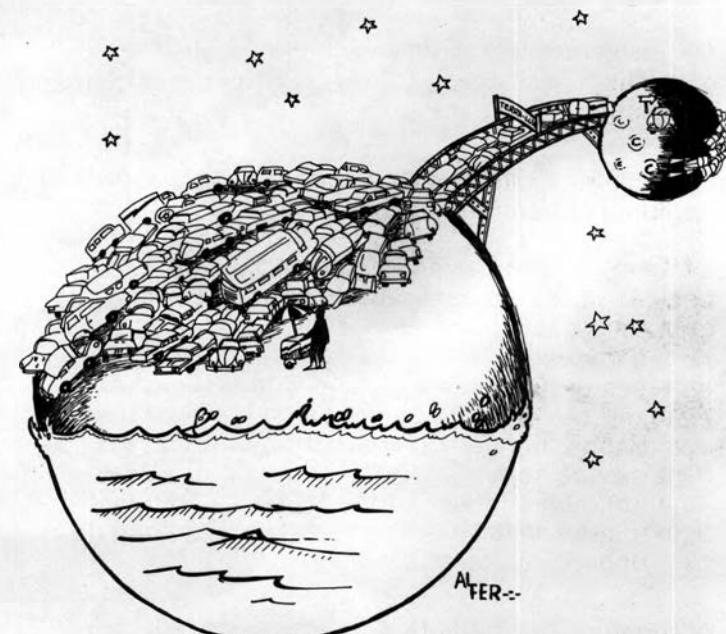
Em 28 de fevereiro, cerca de 100 delegados de países do Terceiro Mundo se reuniram em Viena, sob os auspícios do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e fizeram um apelo às nações industrializadas para que lhes prestem assistência técnica e financeira para controlar a emissão de clorofluorcarbonos e promover sua substituição.

A esse tipo de manifestação, vem se juntando inúmeras entidades ambientalistas de vários países, divulgando estudo e exercendo pressões sobre os organismos internacionais, já que só medidas conjuntas podem ser capazes de enfrentar o problema.

Efeito Estufa

Revistas de grande circulação nos Estados Unidos, têm dedicado grandes espaços discutindo o problema do chamado "efeito estufa". Os automóveis, indústrias e todos os processos envolvendo queima de materiais, geram "gás carbônico", que existe naturalmente na atmosfera. Entretanto, a concentração deste gás está aumentando bastante nos últimos trinta anos. Este aumento de concentração, faz uma espécie de barreira ao calor emitido naturalmente pela terra, aquecendo a superfície do nosso planeta. Hoje, este aquecimento ainda é pequeno, da ordem de 0,5°C, entretanto, as previsões científicas são de um aquecimento de 6 a 12°C na metade do próximo século. Este aquecimento vai derreter parte das calotas polares e fará com que o nível médio dos oceanos suba de 0,3 a 1,5 metros acima do nível atual. Vários países deixariam de existir com esta elevação, entre eles a Holanda, e várias cidades como Santos e Recife se tornariam inhabitáveis.

Para frear este fenômeno, é necessária uma mudança drástica nas emissões de gás carbônico, o que só seria possível com uma reestruturação de nossa sociedade, onde teríamos que ter uma maior preocupação com a degradação do nosso meio ambiente.



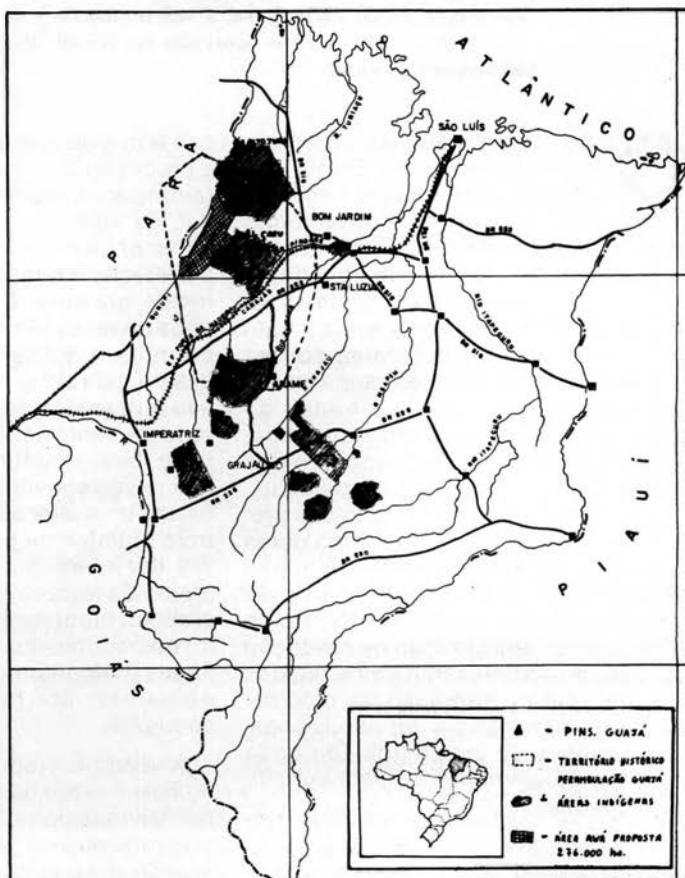
Terra para os Gua-já

Calculados hoje em aproximadamente 200 pessoas, os índios Gua-já, povo nômade que vive nas matas altas dos rios Pindaré, Caru, Tutiaçu e Gurupi, no estado do Maranhão, estão ameaçados de extinção. O seu território histórico é hoje ocupado por grileiros. Foi invadido por latifúndios e empreendimentos agroindustriais, ilegal e impunemente instalados. A maior parte deste território é rasgada pela ferrovia Carajás e o resto está sendo ameaçado pelo Projeto Grande Carajás.

Aliás, os planos do Grande Carajás implicarão na destruição de cerca de 25 milhões de m³ de floresta por ano. É um processo que provocará graves consequências para o ecossistema. A presença do povo Gua-já é vital para a preservação do equilíbrio ecológico da região. Entretanto, apesar de já ter os seus limites identificados pela Funai, de haver os recursos necessários, a demarcação da Área Indígena Awa-Gurupi não sai. Os maiores obstáculos estão sendo criados pelo IBDF, que alega ser a área "destinada à criação de uma reserva biológica". Esse órgão governamental, responsável pela defesa das reservas florestais, esteve, nos últimos vinte anos, conivente com a destruição da Reserva Florestal de Gurupi (no interior da qual os Gua-já foram "descobertos"), permitindo a abertura de estradas e a instalação de projetos de colonização e, recentemente, a implantação do Programa Grande Carajás. E, de repente, levanta barreiras à demarcação de uma área indígena, mesmo sabendo "que esta é a única forma para se preservar condignamente a natureza e garantir o equilíbrio ecológico do qual os índios são parte integrante.

O Conselho Indigenista Missionário(Cimi) — Regional Maranhão —, com o apoio de UNI, CEDI, CPI, Opan, CPT-MA, entre outros, está lançando a campanha "Terra para os Gua-já". Suas exigências básicas são: a decretação e demarcação imediata da Área Indígena Awa-Gurupi para abrigar os Gua-já; a garantia de defesa da Área Indígena de invasões e instalações de projetos especiais e a criação de condições adequadas para o contato dos grupos que permanecem fora da área. Pede-se que sejam enviados telegramas e cartas às autoridades federais (presidente da República, Minter, presidente da Funai e do IBDF) apoiando as propostas da campanha.

O endereço do Cimi-MA é: Av. Pedro 2º, s/n — Caixa Postal 713 — CEP 65.000 — São Luiz, MA — tel. (098) 222-4243.



Agrotóxicos no Brasil

Em busca de alternativas

Em fevereiro deste ano, foi lançado pela Cese (Coordenadoria Ecumênica de Serviços) e Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) o livro *Brasil: o uso de agrotóxicos na agricultura convencional e as tecnologias alternativas*. Segundo o secretário executivo da Cese, Enílson Rocha Souza, a publicação pretende despertar o interesse das Igrejas para que coloquem o assunto em suas agendas, tal a gravidade da situação, quanto ao uso de agrotóxicos. Preparado por uma equipe de sete pessoas (David Hathaway, Francisco Menezes, Jean Marc von der Weid, José Carlos Zanetti, Milton Moura, Paulo César Lisboa Cerqueira e Tânia Regina Fernandes Cordeiro), o texto critica o modelo convencional de agricultura, a sua ineficácia e os prejuízos sociais e ambientais que traz, e avalia as experiências alternativas ocorridas no Brasil. Para o seu lançamento, foi preparado um resumo, que publicamos a seguir.

Os agrotóxicos são um problema multifacetado para o Brasil. São milhares os agricultores envenenados, incapacitados ou mortos todos os anos nos campos do país. Há resíduos de agrotóxicos na comida consumida e exportada pelo país, algumas vezes em níveis muito prejudiciais à saúde humana. Os ecossistemas sofrem abalos pela intoxicação da fauna silvestre e são envenenadas as fontes de água para o abastecimento das cidades. Na própria lavoura, o impacto dos agrotóxicos se revela trágico, pelo custo direto cada vez mais elevado dos produtos, pela resistência adquirida pelas pragas, desaparecimento dos inimigos naturais das mesmas e surgimento de novas pragas desconhecidas. Dentro da dinâmica de capitalização da produção agrícola, o uso crescente de herbicidas contribui para a expulsão da mão-de-obra rural rumo às periferias urbanas, onde milhões de brasileiros são cada vez mais mal-alimentados pela agricultura nacional.

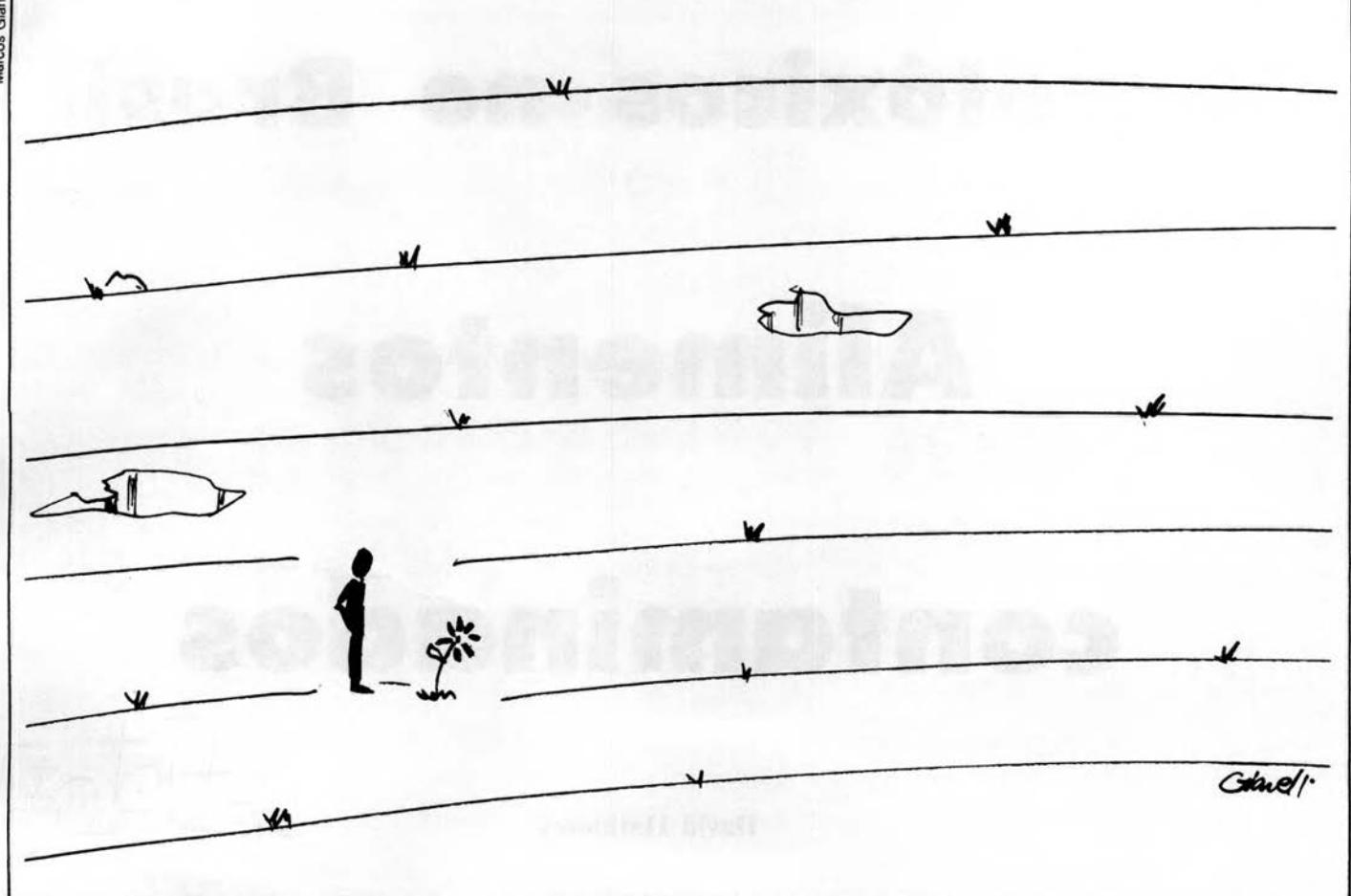
O único argumento de certo peso levantado pelos defensores dos agrotóxi-

cos tem sido sua alegada contribuição à produção de "mais alimentos para os famintos". A experiência de duas décadas de agricultura moderna no Brasil não mostra evidências práticas de uma correlação entre agrotóxicos e rendimento agrícola. Durante os primeiros anos de recessão na década de 80, por exemplo, a queda vertiginosa nas vendas de toda sorte de insumos agrícolas não teve um impacto perceptível na curva lentamente ascendente da produtividade da agricultura brasileira. Mesmo nos casos específicos onde parece ter havido uma relação positiva entre o controle químico de pragas, doenças e ervas daninhas, por um lado, e o rendimento da lavoura, por outro, é válido insistir na hipótese de poder atingir pelo menos os mesmos resultados agronômicos e econômicos com meios não ofensivos ao homem e ao meio ambiente.

A venda e produção de agrotóxicos no Brasil estão nas mãos de umas poucas transnacionais que — por influência direta ou pela pesada inércia acumulada do viciamento da agricultura — do-

minam as estruturas relevantes do poder público nacional e a elaboração das linhas diretrizes da política agrícola. Essas indústrias monopolizam os mercados e promovem seus produtos através de uma propaganda freqüentemente distorcida. O próprio crescimento da indústria de agrotóxicos no país representa um custo grande para a economia nacional, na medida em que leva a uma evasão maior de divisas através da importação de matérias-primas e de produtos técnicos cada vez mais caros, impõe uma crescente dependência tecnológica e abre as portas de um setor industrial estratégico — a química fina — para o domínio do capital transnacional. Está custando cada vez mais caro ao Brasil importar e produzir as coisas de que não tem necessidade.

Há tentativas de estabelecer melhores controles legais sobre os abusos cometidos com e em nome dos agrotóxicos, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, apesar do êxito das transnacionais, que conseguiram que o Supremo Tribunal Federal derru-



basse parcialmente as leis estaduais. Contudo, a nível do Congresso Nacional, o Brasil vem se frustrando há mais de três anos na tentativa de reformular sua arcaica legislação federal. As máquinas administrativas subaparelhadas dos Ministérios da Agricultura e da Saúde continuam sendo as únicas responsáveis pela regulamentação dos agrotóxicos — com poderes legislativos de fato — e o único setor da sociedade civil a exercer uma influência efetiva sobre elas tem sido justamente o "lobby" das empresas vendedoras destes produtos.

No novo Congresso Constituinte eleito em novembro de 1986, a previsão é de que ainda será muito difícil que a legislação brasileira alcance controles mais rigorosos e eficientes sobre os agrotóxicos.

Mas o simples controle do mal não resolverá toda esta situação. Os múltiplos problemas associados à produção, à venda e ao uso dos agrotóxicos no Brasil formam um conjunto homogêneo e abrangente de fatores, que apontam para a necessidade urgente de substituir os agrotóxicos por outras técnicas mais saudáveis, ecologicamente equilibradas e econômicas, que possam enfrentar me-

lhores a ameaça de pragas, ervas e doenças na lavoura.

São as tecnologias alternativas, que se colocam no outro lado da balança. Distribuídas de modo desigual, muito localizadamente, estas experiências estão mostrando, com seus resultados em termos de produtividade e higiene, que não é inevitável recorrer aos insumos químicos característicos da agricultura convencional para prosperar cultivando.

A maioria dos grupos que praticam tecnologias alternativas, contudo, é apoiada pelas igrejas e outras organizações governamentais. É significativo o trabalho desenvolvido pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, e pelos diversos Centros de Tecnologia Alternativa da Fase, em vários estados brasileiros.

A região onde as tecnologias alternativas se multiplicaram mais é o sul do Brasil, onde há experiências mais abrangentes e sistêmicas como aquelas apoiadas pelas secretarias de Agricultura do Paraná e Santa Catarina.

Encontramos experiências alternativas muito interessantes também na área de comercialização. Alguns grupos conseguem viabilizar sua maneira espe-

cial de cultivar a terra integrando-a a um esquema de entrega direta da produção ao consumidor, que se supõe esteja minimamente organizado para garantir a demanda.

Existem, no Brasil, várias correntes ou escolas de agricultura alternativa, como a agricultura biodinâmica, a agricultura biológica etc. Na maioria dos casos, porém, os produtores combinam vários elementos das tecnologias alternativas, adaptando-as às condições e possibilidades concretas de sua região e de sua propriedade. Algumas das técnicas mais importantes são a cobertura morta, a adubação orgânica, o plantio direto e os inseticidas caseiros. O importante é que sejam métodos fáceis, baratos e eficazes.

É ainda reduzida a significação econômica dessas experiências no conjunto da agricultura brasileira. Isto acentua ainda mais a importância de apoiar os produtores que ensaiam, no cotidiano de seu manejo da terra, uma agricultura de qualidade realmente nova — que não procura "consertar" a natureza, exaurir o solo e destruir o ecossistema, mas aproveita da própria Criação os recursos de que ela já dispõe, aperfeiçoando-a sempre.

Agrotóxicos no Brasil

Alimentos

contaminados

David Hathaway



— Eu é que não dou verduras e legumes para os meus filhos. Os homens botam inseticida num dia e colhem as folhas no outro — exclama a vendedora de agrotóxicos Ana Maria Galo, da localidade de Motas, uma das áreas de maior produção de Teresópolis. Debruçado no balcão de vendas de Ana Maria, o agricultor Edir Souza tenta explicar: "Se a gente respeitar todos os prazos e carências, se arrisca a perder a produção. Tem mesmo é que pulverizar o veneno nem que seja para colher logo depois". (*Jornal do Brasil*, 18/3/84)

Este diálogo, flagrado por um repórter no interior do estado do Rio de Janeiro, ilustra muito bem tanto o temor do consumidor como a confusão reinante entre milhares de agricultores. Um teme pela saúde de seus filhos — no caso, com muito conhecimento de causa — e o outro teme não poder colocar sua colheita no mercado. No caso do agricultor Edir, a confusão que o leva a violar conscientemente os prazos legais de carência, fruto certamente de uma dependência extrema ao uso de agrotóxicos combinada com as exigências estéticas dos "atravessadores", traz uma dupla aflição. Seu filho Haroldo, de 30 anos, já havia sofrido uma grave intoxicação causada pelo uso de agrotóxicos na lavoura familiar.

E o temor do consumidor não é produzido por um simples medo irracional, como se vê no episódio relatado pelo médico e vice-prefeito de Teresópolis, Waldir Barbosa, sobre um dos seus pacientes, o funcionário da Ceasa local Renê Guarida, que comeu um tomate no mercado. Segundo o dr. Barbosa, ele "retirou um tomate de uma das caixas destinadas ao Rio e comeu-o sem lavar, apenas limpando-o na calça. Poucos minutos depois, Renê começou a sentir os sintomas de intoxicação, que são náuseas, vômitos, desarranjo intestinal e febre. Foi levado inconsciente para o Hospital das Clínicas em Teresópolis. Somente após vários dias de tratamento, e porque a causa da doença foi logo identificada como intoxicação, ele foi posto fora de perigo". (*Jornal do Brasil*, 19/2/84)

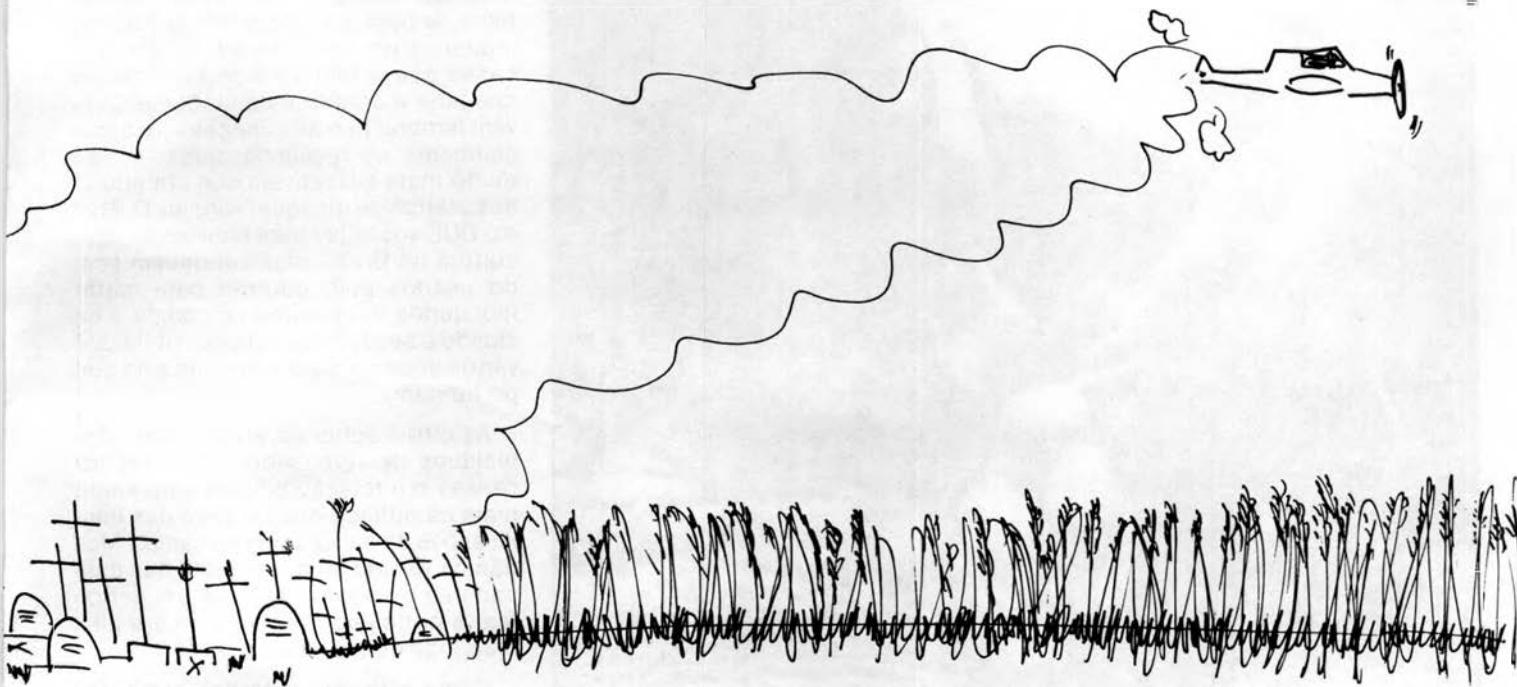
Efetivamente, é raro o registro de uma intoxicação por resíduos de agrotóxicos na comida. Mas a raridade se deve em certa medida à dificuldade de identificar esses casos. É muito possível que o tomate que envenenou Renê num domingo, digamos, tenha sido pulverizado na sexta-feira e colhido junto a milhares de outros no sábado. Esses outros tomates, sem dúvida, já estavam em uma feira livre, supermercado ou quitanda no dia seguinte e adornando as sa-

ladas de muitos cariocas a partir do almoço de segunda-feira. É pouco provável, no entanto, que alguém tenha morrido nessa história, inclusive porque os agrotóxicos fosforados se degradam rapidamente.

Assim, os tomates quase letais num domingo podem provocar apenas febre e diarréia na segunda (a não ser entre algumas pessoas muito sensíveis), enquanto que na terça os sintomas provocados poderiam não passar de um leve mal-estar ou dor de cabeça. Dificilmente esses sintomas serão atribuídos ao tomate, e será absolutamente impossível identificar daqui a alguns anos a origem de outras seqüelas, como câncer, mutações etc, eventualmente provocadas pelos mesmos produtos.

Esta situação permite que a indústria de agrotóxicos e algumas autoridades sustentem o argumento de que os temores do consumidor são infundados, por falta de provas para sustentá-los. A relação causa-efeito teria que estar baseada em um bom número de casos registrados, e por falta dessas provas (segundo essa lógica) conclui-se pela inocuidade.

Algumas transnacionais, como a Dow Química, argumentam que a simples



existência de portarias ministeriais garante a segurança do público. Em nota assinada, a Dow afirma que "a acusação de que os herbicidas contaminaram os hortifrutigranjeiros carece de comprovação técnica, pois a regulamentação dos Ministérios da Agricultura e da Saúde estabelece limites máximos de resíduos para todos os defensivos agrícolas de uso registrado no Brasil. (Jornal do Brasil, 2/3/84).

No mesmo mês de março de 1984, porém, a Associação dos Engenheiros do Paraná denunciava que, mesmo que uma portaria tivesse força para garantir nossa segurança, havia 59 agrotóxicos registrados pelo Ministério da Agricultura sem especificar as tolerâncias de resíduos para as culturas autorizadas. Os engenheiros paranaenses assim desmentiam não só a lógica como a própria substância da nota emitida pela transnacional americana.

Outros defensores dos agrotóxicos recorrem a interpretações de estudos científicos. Américo Gonçalves, diretor técnico do Laboratório Regional de Referência Vegetal, um órgão do Ministério da Agricultura, por exemplo, procurava tranquilizar a opinião pública em 1984 quando assegurou, tomando por base estudos do Instituto Biológico de

São Paulo, que, "de fato, o tomate é um produto no qual rotineiramente se usam muitos defensivos. Mas é bem difícil aparecer algum resíduo no produto pronto para consumo, na Ceagesp". (Jornal do Brasil, 15/4/84)

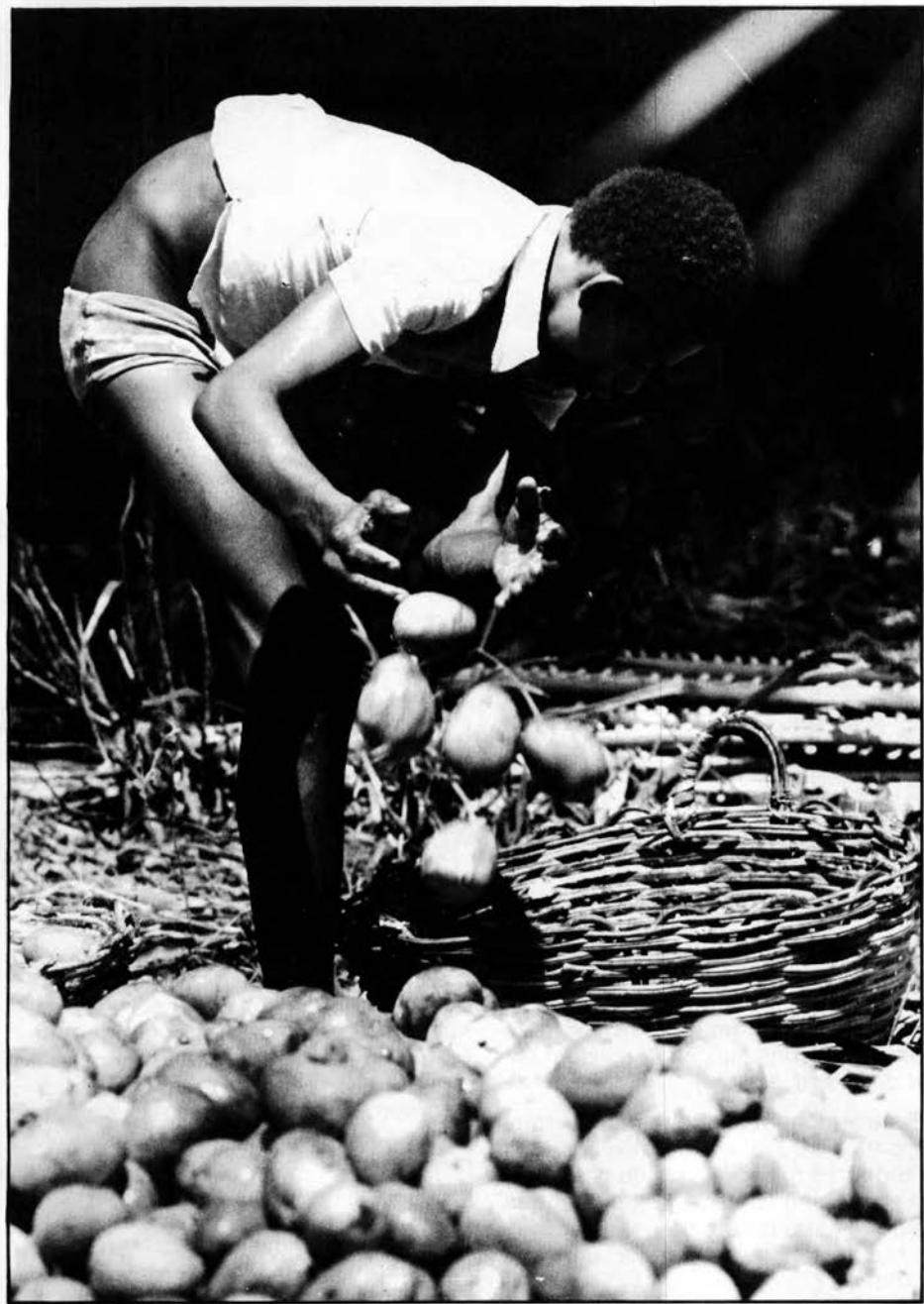
Este argumento é muito reconfortante... para a indústria de agrotóxicos. Mas os registros excepcionais de casos como o de Renê Guarida já indicam que a extensão do problema pode ser muito maior do que aparece em tais estudos.

De fato, há muitos indicadores pelo menos do potencial tóxico dos resíduos na comida consumida no Brasil. Estudos citados pela revista *Agroanalysis*, da Fundação Getúlio Vargas, (set/85, p.18), indicam que 1,3% das amostras de frutas, hortaliças e cereais analisadas em São Paulo e Rio Grande do Sul continha agrotóxicos em excesso das tolerâncias oficiais. Esta taxa é muito inferior às observadas em várias outras pesquisas, mas mesmo assim serve para ilustrar o perigo a que nos referimos.

Fazendo as contas, com 1,3% dos alimentos oficialmente contaminados, vemos que em uma cidade de um milhão de habitantes todos os dias mais de dez mil pessoas estão consumindo alimentos com excesso de veneno. Na região

metropolitana de São Paulo, pelas mesmas contas conservadoras, o número de pessoas contaminadas por dia pode ser superior a cem mil. A grande maioria, é claro, não sentirá — pelo menos de imediato — nenhum efeito de intoxicação porque os limites legais normalmente são ultrapassados por pouco. No máximo algumas centenas de consumidores passariam mal, por dia. Será que este é um número aceitável? E mesmo que o caso de Renê Guarida tenha sido totalmente excepcional — um caso em um milhão — em um país de 130 milhões a conta ficará aceitável?

O controle da contaminação dos alimentos, na prática, é da responsabilidade dos governos estaduais, e muitas vezes os números não são tão "tranquillizadores" quanto os citados pela Fundação Getúlio Vargas. A situação de São Paulo, por exemplo, é apresentada em um trabalho publicado pela companhia do governo estadual Cetesb: "No estado de São Paulo alguns órgãos oficiais têm como atribuição a verificação dos níveis de contaminação com agrotóxicos nos alimentos que estão à disposição da população para serem consumidos. Infelizmente os resultados obtidos não são amplamente divulgados e transformados em uma linguagem de fácil acesso à população consumidora,



É difícil detectar imediatamente agrotóxicos nos alimentos.

que consequentemente poderá estar mais suscetível aos efeitos prejudiciais que possam advir. Tais temas somente são abordados em congressos científicos e em revistas altamente técnicas com circulação restrita, ficando a sociedade desprovida de dados para avaliar e questionar o seu atual padrão de qualidade de vida, ficando à mercê de pequenos grupos inescrupulosos." (*Diagnóstico do Uso de Agrotóxicos no Estado de São Paulo, Cetesb, 1984*)

Para demonstrar a gravidade do problema, o estudo da Cetesb citou alguns resultados de pesquisas de resíduos de agrotóxicos desenvolvidas pelo Institu-

to Adulfo Lutz, da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.

Em uma análise de dezessete amostras de quatro marcas de leite comercializadas na capital paulista, o Instituto constatou que todas apresentaram teores do inseticida organoclorado BHC, com valor médio de 0,03 ppm, uma concentração venenosa sete vezes superior à tolerância estabelecida pelo Codex, de 0,004 ppm. O mesmo trabalho, ao analisar quatro amostras de queijo, encontrou resíduos de BHC que variavam de 1,45 a 13,5 vezes a tolerância recomendada pelo Codex. (*Ibid*)

As análises de 120 amostras de carne bovina revelaram, em média, o dobro

da tolerância recomendada do mesmo agrotóxico. O Instituto Adolfo Lutz, em outro citado pela Cetesb, revelou que todo o leite analisado de 25 mães lactantes paulistanas continha os agrotóxicos BHC e DDT. Obviamente, nem os órgãos oficiais já chegaram a autorizar um limite tolerável de venenos no leite materno, se bem que o debate suscitado na imprensa em torno desse estudo indicasse que a indústria de agrotóxicos chegaria a admitir esta hipótese. Convém lembrar que as crianças — e especialmente os recém-nascidos — são muito mais suscetíveis que um adulto aos efeitos de qualquer veneno. O BHC e o DDT, agora, já foram banidos da agricultura no Brasil, mas continuam sendo usados pelo governo para matar mosquitos e barbeiros no campo e na cidade e seus resíduos podem durar até vários anos no meio ambiente e no corpo humano.

As cifras sobre os efeitos reais dos resíduos de agrotóxicos são mais escassas e a relação causa-efeito ainda mais camouflada que no caso das intoxicações de aplicadores no campo. Mas não há dúvida de que o perfil dos indicadores disponíveis reflete um perigo real e cotidiano para um número alto, mas incalculável, de pessoas.

Como a fiscalização dos alimentos que já estão no comércio nunca poderá passar de uma pequena amostragem, a solução do problema só poderá vir de um controle rigoroso das práticas dos agricultores, através do receituário agro-nômico e um trabalho mais eficiente e ampliado dos serviços oficiais de extensão rural. Só assim poderá ser garantida a aplicação mais racional e segura dos agrotóxicos que forem realmente necessários, além de evitar na prática o uso dos produtos com resíduos mais tóxicos e persistentes.

A consecução destes objetivos dependerá de fatores políticos: a pressão dos consumidores sobre as autoridades para que tomem as medidas necessárias, os recursos orçamentários destinados à sua implementação e a vontade efetiva das autoridades de operacioná-las na prática.

(*Extraído do livro Pragas e Venenos: Agrotóxicos no Brasil e no Terceiro Mundo, com autorização do autor.*)

David Hathaway é jornalista e economista norte-americano, atualmente radicado no Rio de Janeiro. Desenvolveu pesquisas sobre o capital transnacional na indústria brasileira. É consultor da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase).

Constituinte

e

meio ambiente

Entrevista com o deputado constituinte Fábio Feldmann (PMDB-SP)

Ele foi o único constituinte eleito com uma plataforma ecológica. Advogado, milita há muitos anos no movimento ecológico, presidiu o grupo *Oikos*, que cuida dos aspectos jurídicos da questão ambiental. No Congresso Constituinte, integra a Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Nessa entrevista, concedida a Antonio Carlos de Oliveira e Ruy de Goes Leite de Barros, ele fala da legislação brasileira sobre o meio ambiente, dos trabalhos na Constituinte e dos problemas ecológicos brasileiros.

T e P — Em termos gerais, como você vê a questão do meio ambiente?

Feldmann — É uma das mais importantes deste fim de século. Porque, além de significar uma ameaça à vida do planeta e à qualidade de vida, o que é mais importante, questiona todos os valores da sociedade moderna e industrial. Você verifica em países europeus como a Alemanha, o peso político que essa questão passa a ter. Deslocando para países como o Brasil, eu acho que a partir dela você passa a discutir algumas questões fundamentais como o próprio conceito de desenvolvimento. Inclusive, fazendo distinção entre desenvolvimento e crescimento. Para mim talvez seja, daqui em diante, a questão mais importante que a sociedade moderna vai enfrentar.

T e P — Que avaliação você faz da atual legislação brasileira sobre o meio ambiente?

Feldmann — A legislação do meio ambiente no Brasil é uma das mais avançadas do mundo. A lei 6938 tem alguns equívocos, mas é uma lei que permite, se existirem realmente organismos públicos competentes e bem estruturados, uma grande mudança na realidade brasileira em termos ambientais. Na verdade, o problema da legislação brasileira não é a inexistência de textos legais, mas sim a ausência de vontade política, de estruturação de organismos públicos que efetivamente passem a aplicar a legislação.

Isso eu estou falando quanto ao meio ambiente. Já no que se refere aos recursos naturais a legislação brasileira é obsoleta: o código de águas é de 1934; a questão dos agrotóxicos está regulamentada por um decreto de 1934, tendo por base a Constituição de 1891; o código florestal é de 1967 e ainda não foi regulamentado; o código de caça e pesca é de 1967.

T e P — E a sua aplicação como tem sido?

Feldmann — O grande problema do Brasil é que inexistem ainda mecanismos concretos da sociedade civil para que ela passe a atuar com mais eficácia, obrigando realmente o poder público a aplicar a legislação. O exemplo mais típico é Cubatão, onde existe uma lei estadual desde 1976 e um órgão como a Cetesb — que teria toda a estrutura e capacitação técnica para aplicar a legislação — e somente em 1984 é que esse órgão passa a exigir das indústrias lá instaladas o controle da poluição.

Existe também no Brasil a lei 7347, de 1985, que permite, às entidades ecológicas e ao Ministério Público, o ajuizamento de ações ou a ida ao judiciário quando se trata de meio ambiente, consumidor, patrimônio histórico paisagístico. É talvez a lei mais avançada no mundo. É óbvio que precisa ser

complementada, porque existem temas que não estão bem disciplinados. Por exemplo, o dos interesses coletivos. O *interesse difuso* é aquele que pertence a cada um de nós e não pertence a ninguém em particular. Ele está difuso na sociedade: o direito ao ar limpo, o direito ao alimento não contaminado. O *interesse coletivo* é o de uma determinada categoria de cidadãos. A legislação brasileira precisa primeiro tratar dos interesses coletivos, que ainda não foram tratados.

Há também o aspecto penal. Não existe o delito ambiental. Enquanto não existir a punição aos crimes ecológicos é muito difícil de se coibir condutas agressivas ao meio ambiente. Digamos que uma empresa lance em um determinado rio uma grande quantidade de poluentes que afetem toda a vida que existe naquele rio, matando os peixes, contaminando a água que pode servir à população local. O que ocorre hoje? Do ponto de vista jurídico são aplicadas multas irrisórias, sem nenhuma segurança de que elas serão realmente cobradas. Eventualmente, o Ministério Público poderá entrar com uma ação de indenização civil, mas nada acontece para o empresário responsável pela situação. Então, enquanto perdurar essa impunidade, não vamos nunca conseguir que sejam coibidas essas condutas. É muito mais fácil, mais barato para o empresário poluir e pagar essas multas do que efetivamente instalar equipamentos antipoluição. É o caso de Cubatão.

Por isso, o que tem que existir no Brasil são os delitos ambientais. Se o empresário perdesse a liberdade individual, isto é, fosse para a cadeia, ele iria tomar todas as precauções para evitar os acidentes. Essa é a maior falha da legislação brasileira.

T e P — E o poder público como é que fica num caso desses?

Feldmann — Eu penso que aqui nós estamos diante de duas situações. Do ponto de vista penal, a omissão governamental tem que ser considerada crime. O responsável pela Cetesb, que deixa de aplicar uma multa, tem que ser responsabilizado criminalmente. Agora, com relação ao poder público, eu acho que ele, na verdade, tem que ser colocado em pé de igualdade com qualquer agente poluidor. Isso já ocorre na legislação brasileira, embora, em se tratando do poder público, seja muito difícil fazer cumprir a legislação. Pegando novamente o caso de Cubatão (que pode inclusive ficar como um paradigma), as principais empresas poluidoras são a Petrobras, a Cosipa, a Ultrafértil. Principalmente durante a ditadura, elas eram comandadas por militares que se sentiam absolutamente imunes a qualquer tipo de fiscalização. Então eu acho que até a responsabilização política do poder público tem que ser pensada.

T e P — O que se pode esperar da Constituinte no que se refere ao meio ambiente?

Feldmann — Há uma grande potencialidade para se criar normas importantes. A Constituição sequer menciona a expressão *meio ambiente* e a oportunidade que se apresenta agora é de colocar, a nível constitucional, algumas normas importantes e instrumentos efetivos. Um deles, por exemplo, pode tratar da questão da informação, que tem sido a grande dificuldade da sociedade. A informação, na verdade, é sonegada. E o é de duas maneiras: ou se possui a informação disponível e ela não é dada, ou simplesmente não se produz intencionalmente essa informação. É o caso da saúde pública: apesar de toda a polêmica existente e a importância que assumiu o caso de Cubatão, até hoje não foram feitos estudos sérios que façam correlação entre a questão da poluição e da saúde da população lá existente.

Eu acho que a questão ambiental deveria ser tratada em vários níveis. Em primeiro lugar, tem que se colocar a questão dentro da magnitude que ela merece. Não se deve tratar a questão ambiental dentro de um capítulo de meio ambiente, com um enfoque meramente conservacionista, de preservação da fauna e da flora. Tem que se partir de normas que, quando se tratar de desenvolvimento, coloquem a questão ambiental, a qualidade de vida da população, a preservação dos complexos ecológicos, como os objetivos desse desenvolvimento. A partir daí, tem que se garantir instrumentos efetivos para que as normas sejam realmente respeitadas e não apenas programáticas.

Um dos instrumentos mais importantes, que deve ser colocado no texto constitucional, é o chamado *impacto ambiental*. Antes de algum projeto, lei nacional, regional ou setorial de desenvolvimento, ou mesmo obras, deve-se fazer um estudo das consequências que essa determinada obra, atividade ou plano vai ter no meio ambiente. E

o meio ambiente nesse sentido não é apenas fauna e flora. Não se pode pensar em meio ambiente sem a presença humana. Então o estudo do impacto ambiental, com uma análise das consequências, deveria ser divulgado, para garantir às comunidades envolvidas a informação e o direito delas interferirem no projeto, no plano, e, se fosse o caso, até rejeitá-lo. E uma vez adotado o sistema, assumir o caráter obrigatório com relação às resoluções do impacto ambiental. Vamos dar um exemplo concreto: a questão das barragens. Elas afetam o direito não apenas do cidadão, da comunidade, mas até toda a vida de um município, uma vez que ele vai ter 90% do seu território inundado pelas águas. Se é um município que vive de atividades agropecuárias, ele simplesmente está condenado à morte.

A questão tem que ser pensada por aí, pelo direito dessas pessoas, dessas comunidades, desses municípios, em seus vários interesses, de ser ouvida e participar. Esse é um exemplo, mas existem fundamentalmente vinte itens que têm que ser colocados no texto constitucional. Não vou abordar todos eles, mas é importante enfatizar o caráter instrumental. É óbvio que tem que haver o direito ao meio ambiente equilibrado, o direito de cidadania para cada um de nós, mas tem que se ter muito cuidado para que não se conte a apenas os direitos e se esqueça os instrumentos que façam esses direitos respeitados.

T e P — Em que comissão vai ser tratada a questão?

Feldmann — A Constituinte está dividida em oito comissões. Havia uma proposta de que a matéria fosse tratada na comissão de ordem social. Eu fui um dos autores dessa proposta. A matéria poderia também ser tratada na comissão de ordem econômica, mas era estratégico tirá-la dali, pois como essa comissão traz questões muito polêmicas, ela ia ficar uma questão menor. Então propusemos



Cubatão (SP).

uma subcomissão de meio ambiente e populações indígenas, pois a reunião dos dois temas possibilitaria uma atuação mais efetiva da sociedade civil. As entidades indigenistas e ambientalistas poderiam fazer um trabalho que resultaria num belo texto. O que ocorreu? Houve uma mudança. A questão do meio ambiente permaneceu na comissão de ordem social, mas foi colocada numa subcomissão junto com saúde e segurança. Isso é pra se verificar a falta de informação que é misturar meio ambiente com segurança. E a origem disso está na pressão dos "lobbies" sobre o senador Fernando Henrique Cardoso, sobretudo do ex-ministro Carlos Santana, que hoje é o líder do governo. Ele ponderou que a questão da saúde só pode ser tratada concomitantemente com a questão da segurança, o que eu acho perfeito. Só que colocar o meio ambiente nessa subcomissão vai resultar num esvaziamento da questão ambiental.

Esta foi uma primeira derrota que tem que ser compensada durante os trabalhos constituintes. Parece que os ecologistas, de certa maneira, permitiram e autorizaram, pelo silêncio, que a questão fosse tratada desse modo. Só para dar uma idéia, existem 52 médicos na Constituinte. Dá pra imaginar o "lobby" que vai ser colocado...

Todos os nossos complexos ecológicos essenciais estão comprometidos

T e P — Há muitos constituintes preocupados com a questão ambiental?

Feldmann — Acho que vai dar para fazer uma frente no Congresso Constituinte. Eu tenho contestado um pouco as colocações que dizem que a Constituinte vai ser progressista, ou que ela vai ser conservadora. Essa é uma visão incorreta, porque não vai existir uma Constituinte conservadora no todo ou progressista no todo. Vão existir "lobbies" para cada uma das questões e você vai ter que trabalhar os temas em bloco de parlamentares. O importapte, na questão ambiental, é juntar o maior número de pessoas envolvidas e tentar avançar nessa questão muito particular. Na questão da reforma agrária o raciocínio tem que ser o mesmo. Por que estou dizendo isso? Porque vão se formar blocos de parlamentares que podem assumir uma posição conservadora, por exemplo, com relação à política de informática, pois têm algum interesse específico, e que podem vir a ter uma posição avançada na questão ambiental. É isso que vai requerer uma grande habilidade para saber articular essas fren-

tes e avançar o mais que puder. E sem ser secretário, pois tem parlamentares de partidos conservadores que, com relação à questão ambiental, aparentemente estão muito preocupados, muito interessados. A gente tem que tentar, nos itens específicos como a questão nuclear, superar as legendas partidárias e tentar avançar com o que se tem sem sectarismo. Se nós, ecologistas, formos sectários na Constituinte, estaremos perdidos, porque na verdade vão ficar uns dois ou três. Tem que haver uma tática, uma estratégia, para se avançar nessa questão.

T e P — E a pressão popular, qual a sua importância nesse processo?

Feldmann — Existem dois níveis de articulação: o que eu falei antes que é parlamentar e o da sociedade civil. Se a sociedade civil não estiver realmente engajada... Eu acho que parlamentares comprometidos com as questões populares terão que aproveitar um determinado momento da Constituinte para sair de Brasília e correr efetivamente o resto do Brasil para trabalhar na articulação da sociedade civil. Porque muito se fala em termos de sociedade civil, sobre quem vai ou não participar, mas não estou vendo nenhuma preocupação em transformar isso numa coisa operacional, concreta, efetiva. O que exige um mínimo de organização.

Haverá, nos trabalhos da Constituinte, um momento em que o texto básico elaborado pelas subcomissões e comissões será encaminhado a uma grande comissão de sistematização, que terá sessenta dias para reunir e rearticular o texto. Todo mundo quer participar dessa comissão, mas eu pessoalmente estou um pouco na dúvida. Se ficar preso em Brasília, vou deixar de fazer o que acho fundamental que é pegar esses sessenta dias e correr o Brasil inteiro para debater sobre as nossas propostas. O que é importante na Constituinte é o componente do debate, é o debate nacional sobre temas que interessam a todos.

T e P — Quais são hoje os grandes problemas ecológicos brasileiros?

Feldmann — O país tem um grande problema ecológico. Todos os nossos complexos ecológicos essenciais estão ameaçados. O complexo das florestas tropicais que é a Amazônia está ameaçadíssimo. E quando falo de floresta, não estou falando do amontoado de árvores; estou falando da vida que existe lá, que são as florestas com a fauna, a flora e a presença humana, por exemplo, do índio, do seringueiro, que vivem dessa floresta e que estão acostumados com ela. Isso significa que a destruição da floresta vai destruir tudo o que existe nela, inclusive essas culturas.

A floresta atlântica, que é essa mata que existe no litoral, também está terrivelmente ameaçada pela especulação imobiliária, pe-

la ocupação desordenada. O Serrado, onde estão fazendo uma grande plantação de grãos para exportação, e que até poucos anos atrás era considerado uma área muito pouco importante, também está muito ameaçado. O Pantanal também.

Do ponto de vista do meio ambiente urbano, todas as regiões metropolitanas brasileiras, sem excessão, são consideradas áreas críticas de poluição desde 1975. Os rios do estado de São Paulo estão praticamente mortos, por causa da contaminação industrial.

Os rios no norte do país, onde não houve e não há presença humana, estão ameaçados pela contaminação do mercúrio dos garimpos. Segundo o secretário do Ministério das Minas e Energia, que me procurou preocupadíssimo, a contaminação de mercúrio é tão grande que bacias hidrográficas inteiras, onde não há presença humana, estão sendo contaminadas pelo mercúrio utilizado no garimpo de ouro. É muito difícil você priorizar qual é o complexo ecológico, qual é a maior agressão ao meio ambiente e ao homem dentro desse contexto.

O Brasil exporta a natureza para pagar a dívida

T e P — O que causa essa destruição?

Feldmann — A principal causa é o modelo econômico, que acirrou, exacerbou tudo de vinte anos para cá, e que se verifica na política contida expressamente nos planos nacionais de desenvolvimento, os quais passam pelo Congresso Nacional, são aprovados pelo Congresso Nacional. Isso se expressou numa filosofia de que a pior poluição é a miséria e que poluição é sinônimo de progresso. A partir daí se permitiu tudo isso, encarado como progresso. Concretamente, se expressou na permissão da entrada de multinacionais que muitas vezes saíram do seu país de origem pressionados por uma legislação que denunciava suas atividades. Foram trazidas para o Brasil quase que numa divisão internacional do trabalho.

Tudo isso gerou essa crise que estamos vivendo e que se reflete em todas as coisas. A dívida externa, por exemplo, tem um enorme reflexo na questão ambiental. Muito poucas pessoas pensam nisso, mas a maior parte da dívida externa brasileira vai ser paga com recursos naturais, projetos como o Grande Carajás, que exporta ferro, ou os consórcios com os japoneses para a exportação de bauxita. Na verdade, o Brasil exporta matéria-prima, o Brasil exporta a natureza para pagar a dívida.

A libélula e

Uma libélula recém-nascida, que pairava com suas leves asas sobre a água transparente do ribeirinho viu, imóvel sobre uma pedra, uma tartaruga que tomava banho de sol. Espantada ante coisa tão feia, pousou sobre uma folha de capim a fim de ver melhor. A tartaruga, achando que a libélula a estava admirando, começou a falar.

— Olá! — disse ela.

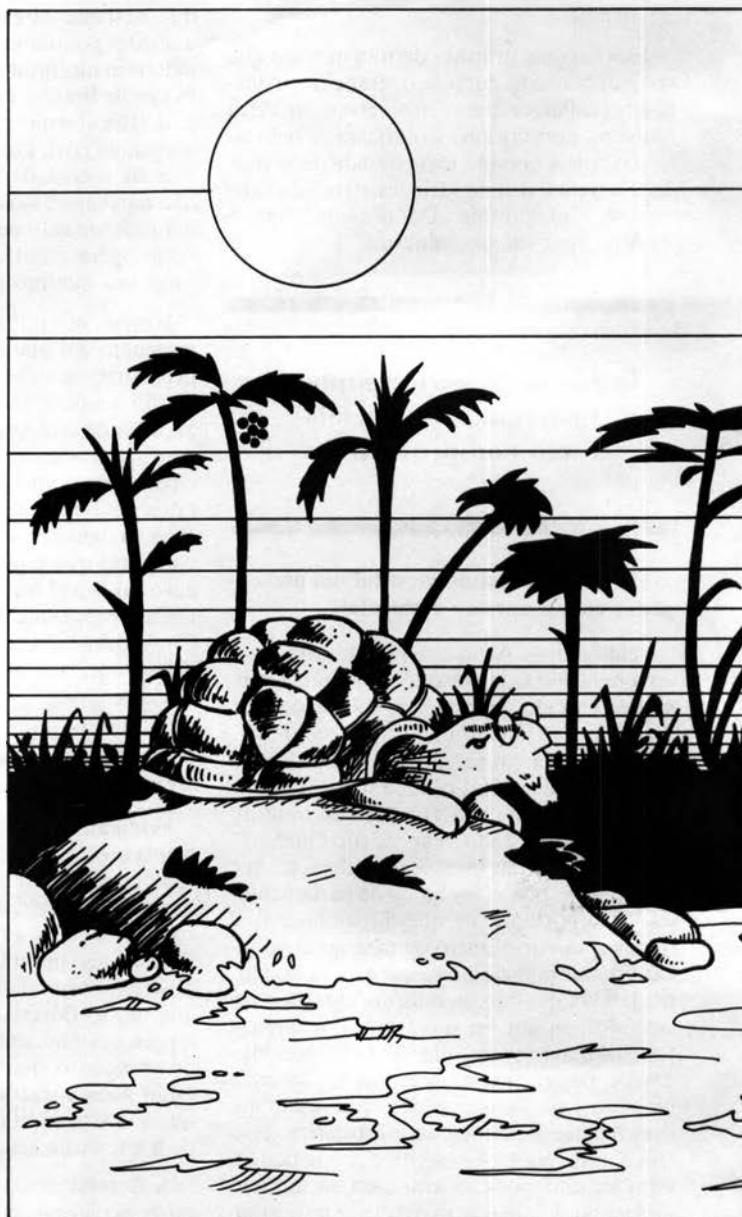
A libélula levou um susto.

— Pensei que você estivesse morta, de tão parada.

— Já fui como você, minha criança, agitada e voante. Mas aprendi que é perigoso viver assim. Em você tudo é esbanjamento: asas vibrando, ir e vir nas costas do vento, voar sem cessar. Mas tudo isto faz mal. Quem se mexe muito morre logo. A vida é como a vela: há de se economizar, para durar mais. Minha filosofia é simples: nunca ficar de pé quando posso ficar deitada. Para simplificar fico sempre deitada...

A libélula, espantada de que alguém pudesse viver assim ia perguntar se a vida vale a pena. Mas a tartaruga não deu tempo, porque continuou a sua fala:

— Você ainda não aprendeu a lição do peso. Para se voar é preciso ser leve. Mas tudo o que é leve é frágil. As crianças gostam de empinar papagaios. Mas, para subir no vento, eles têm de ser feitos com varetas finas de bambú e papel de seda. e por isto que sempre acabam enroscados em algum galho de árvore. Mas você nunca viu uma tartaruga enroscada em galho de árvore. Estão sempre fora de enroscos por não se meterem a voar, por serem pesadas e ficarem sempre junto ao chão. Somos prudentes. Voar é perigoso por exigir leveza e fragilidade. Isto é coisa que fascina as crianças. Mas não os adultos. Os adultos são graves. E grave é aquilo que respeita a lei da gravidade, e gosta de ir para baixo. Como eu. Os adultos, quando querem elogiar alguém, dizem que ele é uma pessoa de peso. O contrário do peso? Leveza? Bexiga solta no espaço? Quando se diz que alguém é leviano, isto não é um elogio, é uma ofensa. Leviano, que não leva as coisas a sério, como as crianças. Quanto mais adultas, mais parecidas comigo...



a tartaruga



A libélula ia dizer que ser leve é coisa muito gostosa, porque dá sempre uma enorme vontade de rir. Mas se calou, com medo de ser acusada de leviana. A tartaruga não entenderia.

— E há também a necessidade de defesas — continuou a tartaruga. — Veja o seu corpo, fino como um palito. O bico de qualquer pássaro pode cortá-lo ao meio. E suas asas? Lindas e fracas. Veja agora a minha carapaça. Nem martelo consegue quebrá-la. Você é mole; eu sou dura. Moles são as crianças, os palhaços, os poetas, os artistas. Duros são os generais, os banqueiros, os policiais, as pessoas importantes. Quando as crianças deixam de ser libélulas para se tornarem tartarugas (também eu já foi libélula), os grandes dizem que elas ficaram maduras. Mas é erro de ortografia: o que querem dizer é que ficaram armaduras. Coisa madura é mole, gostosa, boa de se comer, e se se descuidar apodrece e acaba. Já uma armadura é coisa que varia os séculos. Como eu: impenetrável, constante, sempre a mesma. Digna de confiança. Serei amanhã o que sou hoje. Quanto a você, nem sei onde estará. As coisas leves passam. As duras permanecem. Ninguém diz que Deus é vento ou nuvem. Mas dizem que é rocha e fortaleza. Claro que as armaduras criam certos problemas. Fica difícil brincar. Fica complicado pular corda, nadar, abraçar... Mas este é o preço da sobrevivência."

Mas as coisas não são tão seguras quanto parecem.

O tempo e a água havia feito crescer, sobre a dura pedra em que se encontrava a tartaruga, uma lisa-escorregadia camada de limo. E um mísero quase invisível mosquitinho entrou destraidamente no seu nariz — o que provocou um enorme espirro na tartaruga. Tão grande que ela escorregou e caiu, casco prá baixo, perninhos prá cima. Se fosse uma libélula ou coisa mais leve, teria sido fácil desvirar. Mas ela era pesada demais. Ficou presa de suas próprias defesas. Às vezes as armaduras se transformam em armadilhas. E lá ficou ela, indefesa, até que alguém a levou e a transformou em sopa deliciosa.

A libélula então voou, ao sabor do vento, feliz de que ela fosse assim, sem armaduras, tão leve e tão frágil...

Agência Folhas



A sinfonia desafinada

Erni Drehmer

"No princípio criou Deus os céus e a terra... E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom..." (Gn 1,1 e 31a)

A pesar de gostar de música e tocar superficialmente um instrumento musical, não me considero um músico, no sentido amplo do termo. Mesmo assim, arrisco-me a fazer uma comparação. Tento imaginar um compositor em pleno processo de criação de uma sinfonia. Imagino o longo processo de dar seqüência às notas, à harmonia. Imagino a preocupação em descobrir o exato valor das notas e sua colocação no lugar também exato na pauta musical, exatamente ali onde a inspiração do compositor a imaginou. Como a imaginação é totalmente livre, continuo imaginando que o próprio compositor rege a orquestra que executará sua obra. Preocupa-se ele com os mínimos detalhes, ditados pela rigorosa perfeição que o nortearam desde que conseguiu fixar a primeira nota na pauta musical. Há muito o que observar: a qualidade dos instrumentos, a afinação de cada um deles, dos diversos naipes e da orquestra toda. É preciso observar

a correta disposição da orquestra, para que a sonoridade alcançada seja a prevista e imaginada pelo criador da obra. É preciso assegurar-se de que todos os instrumentistas conhecem o que lhes cabe executar. Todos os detalhes revisados, chega o momento de executar a obra. Imagino que muito maior que a aprovação do público que assiste é a satisfação íntima do compositor ao ver que sua obra é bonita, é boa. O que foi feito com muita luta, até sofrimento, está pronto. O belo, o harmonioso, procurado desde o início, está concluído e foi levado ao conhecimento público.

A criação do mundo, conforme nos relata o livro de Gênesis, é muito marcada pela presença dessa satisfação do Criador estar fazendo o que fazia. Apenas no cap. 1, podemos ler em sete passagens que "Deus viu que isso era muito bom". E quando Deus criou o homem, viu algo que não era muito bom: o homem estava sem companhia. Por isso, criou a mulher para lhe fazer companhia. Pronto. A harmonia, aparentemente falha com a solidão do homem, foi restabelecida com a criação de sua

companheira.

Mas o homem não foi apenas criatura de Deus. O Criador o quis como parceiro e co-criador, tanto que o colocou como administrador dessa obra de equilíbrio e harmonia. E que mau administrador ele tem sido!

Se hoje queremos encontrar vestígios dessa harmonia da criação certamente teremos que procurar com muita atenção. Parece ter nascido um impasse entre os conceitos "progresso" e "criação". Passou a valer a verdade de que o preço do progresso é preciso ser pago. Esse preço inclui os desmatamentos, as queimadas, o envenenamento de ar, águas e terra (que Deus, ao criar, viu que se ajustavam perfeitamente). Progresso passou a ser incompatível com a ordem natural das coisas. O homem confundiu seu papel de administrador com o do Criador. Julgou-se o homem no direito de recriar a natureza, considerando-se apto para tal a partir da sua capacidade de pensar. Assim, desmataram-se milhares de hectares da Amazônia para implantação de pastagens para criação

de gado, plantam-se árvores nas pastagens já existentes no Rio Grande do Sul. No abuso do poder de sua inteligência, dom de Deus, o ser humano estabelece que progresso é, tão somente, industrialização e avanço tecnológico, não interessando verificar os limites que podem ser atingidos e não devem ser ultrapassados jamais. Ecólogos de renome afirmam que os Estados Unidos e alguns países da Europa já consomem mais oxigênio que consegue ser produzido através dos processos da natureza. Extrapolando sua capacidade criativa, o homem brinca com fogo: descobre a fissura nuclear, extasia-se com o enorme potencial energético que tal descoberta revela. Mas não consegue controlar os limites dessa descoberta, e o mundo passa a conviver com a terrível notícia: criamos cascas-véus no fundo do quintal. Elas agora estão grandes, e não podemos sair de casa, pois elas estão prontas para darem o bote. O mundo não sabe o que fazer com o lixo atômico. Não há lugar suficientemente seguro para armazenar o terrível resíduo radioativo.

E se não bastasse as águas e a terra em terrível desafinação, já o espaço entra em colapso com um verdadeiro congestionamento de satélites, plataformas, estações orbitais, contendo sabe-se lá o que em termos de instrumentos de destruição e ameaça à vida.

Quando a maldade do homem saturou de violência e ódio a convivência da humanidade, o Criador restabeleceu a harmonia: enviou o dilúvio. A ira de Deus irrompeu com a destruição, pelas águas, de tudo o que havia criado (confira o relato sobre o dilúvio em Gn 6 a 8). Ao final, Deus realiza um pacto com Noé: jamais realizará destruição sem-

lhante (Gn 9). E Deus tem mantido sua promessa. Mas, mais uma vez, o ser humano extrapola a liberdade e relativa autoridade confiada a ele pelo Criador. Toma em suas mãos as rédeas da história, e promove, ele mesmo, um novo dilúvio. Não com água, mas com DDT, guerras, falsos conceitos de progresso, lixo radioativo, desmatamento, poluição industrial de água e ar.

Nesse dilúvio não existe arca de Noé. Não há preocupação, como a de Deus, em infligir um sério castigo à humanidade pervertida, sem, no entanto, impossibilitar a continuidade e o novo começo. No dilúvio do século 20, promovido pelo ser humano, não há espaço para a preservação da vida. As tribos indígenas, outrora vivendo em harmoniosa sinfonia com a natureza, "precisam ser contadas", como se conta o gado, e "aculturadas". E julgando-se responsável pelas mudanças de condições dos índios, o homem "civilizado" lhes traz os frutos do progresso: doenças venéreas, desprezo de sua cultura, expulsão de suas terras, ganância de homem branco.

"E viu Deus que tudo isto era bom". Talvez nos falte novamente ouvir e deixar ecoar esta frase. Se a natureza viesse a ser encarada com olhos ávidos por verem o belo e harmonioso, talvez se pudesse encontrar o caminho de volta. É utopia imaginar que se possa parar todas as máquinas, todas as usinas nucleares, todo o envenenamento do mundo, tudo de uma só vez e recomeçar do ponto zero. O Criador deu ao homem exatamente a inteligência que o trouxe até aqui, para que a use na conscientização de que os erros cometidos ensinaram a lição de não repeti-los. O princípio ético enunciado por Albert

Schweitzer: o princípio da reverência pela vida pode nos ajudar a interpretar o princípio da harmonia sinfônica da criação divina. Não precisamos voltar ao tempo das carretas ou das cavernas para redescobrir a fidelidade à ordem criada por Deus ao criar o mundo. A criação de Deus continua acontecendo sempre que a vida tem espaço para se desenvolver. O ser humano, originalmente chamado a ser administrador desta vida, é o mesmo que continua sendo desafiado a ajudar no reajuste da afinação dessa grande orquestra um tanto desafinada.

Por fim, podem ajudar ao envolvimento nesta luta, as palavras de José A. Lutzenberger na parte final de seu livro "Fim do futuro?". Ele, fazendo uma alegoria, evoca a seguinte imagem: "Imaginem-nos que nos encontramos em pleno oceano, numa frágil caravela, na época das grandes conquistas. No horizonte, uma ameaçadora nuvem negra. A tripulação está dividida. A maioria, impaciente em chegar ao destino, insiste em que a tempestade passará ao largo e que devemos continuar a todo o ritmo. Uns poucos, mais contemplativos e precavidos, nos dizem: — Cuidado, precisamos de dez a quinze minutos para encolher as velas, em vinte minutos a tempestade pode nos alcançar. Vamos agir. Se escutarmos a minoria, e ela tiver razão, temos chance. Se ela estiver equivocada, tanto melhor, nada terá acontecido. Mas, se escutarmos a maioria, e ela estiver errada, estamos perdidos.

Talvez ainda não seja tarde demais."

Erni Drehmer é pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e coordena a nível nacional os trabalhos da juventude de sua denominação.

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:
Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 200,00

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 80 Europa, África e Ásia: US\$ 90

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumônico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual: Cz\$ 60,00

América Latina: US\$ 80 América do Norte: US\$ 85 Europa, África e Ásia: US\$ 100

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumônico de Documentação e Informação — Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241 — Rio de Janeiro — RJ.

O nome de Deus na nova Constituição da Nicarágua

Pablo Richard

No dia 9 de janeiro de 1987 foi proclamada a nova Constituição da Nicarágua com esta introdução: "Em nome do povo nicaraguense, de todos os partidos e organizações democráticas, patrióticas e revolucionárias da Nicarágua, de seus homens e mulheres, de seus operários e camponeses, de sua gloriosa juventude, de suas heroicas mães, dos cristãos que a partir de sua fé em Deus se comprometeram e se inseriram na luta pela libertação dos oprimidos, de seus intelectuais patrióticos, de todos os que lutam e oferecem suas vidas diante da agressão imperialista para garantir a felicidade das novas gerações".

Nunca na história da América Latina aconteceu uma discussão tão profunda e um resultado tão lúcido, como aconteceu na Nicarágua a respeito da introdução ou omissão do nome de Deus na Constituição Política do país. Os conservadores queriam a todo custo que aparecesse o nome de Deus. Os liberais e marxistas queriam que se omitisse. Mas num momento de lucidez profética, a Assembléia tomou consciência que tanto o deus defendido como negado, não era o Deus que havia inspirado a luta dos cristãos pela libertação dos oprimidos. A luta entre conservadores e marxistas era sobre um deus que não era o Deus dos cristãos revolucionários. O deus discutido, pelos assim chamados crentes e ateus, era um deus abstrato, metafísico, intranscendente. O Deus dos cristãos revolucionários da Nicarágua, não tem nada a ver com esse deus. A fé cristã é "atéia" desse deus, e o considera um ídolo criado e fabricado pelo sistema dominante. O Deus que finalmente entrou na Constituição foi o Deus bíblico, o Deus de Jesus, o Deus verdadeiro, o Deus dos pobres, que luta pela vida e pela justiça.

É muito curioso constatar que a maioria dos cristãos conservadores (incluídos alguns bispos), se opunha a que se introduzisse o nome de Deus na Constituição, para evitar que se manipulasse politicamente o nome de Deus

Dermi Azevedo



por parte do governo. Os marxistas tradicionalmente também se opunham, claro que por motivos diferentes. Mas nesta discussão entre conservadores, sejam cristãos ou marxistas, ninguém se perguntava, finalmente, sobre qual deus se estava discutindo. Desde há muito tempo na Teologia da Libertação se tem dito que o problema de Deus na América Latina, não é a existência de Deus, como esse Deus é e onde está, quais são suas opções e como nós o representamos. Não é mais significativo que alguém diga que crê em Deus. Deve especificar em qual deus ele crê. Tão pouco e significativo que alguém diga que é ateu. Deve especificar de qual deus ele é ateu. O problema teológico fundamental na América Latina não é demonstrar a existência de Deus, mas discernir o Deus de Jesus dos falsos ídolos. O problema não é o ateísmo, mas a idolatria. Tanto a idolatria que substitue o Deus verdadeiro por outros deuses (o deus dinheiro, o deus mercado, o deus prestígio, o deus poder etc...) como a idolatria que perverte o sentido de Deus, deforma a imagem de Deus ou O evoca em vão. É maravilhoso constatar que esta discussão teológica sobre Deus, tão presente nas Comunidades Eclesiais de Base de todo o continente, tenha sido a discussão que se

deu na Assembléia da Nicarágua. Foram fundamentalmente os deputados sandinistas, os que defenderam que se introduzisse o nome de Deus na Constituição, mas que se falasse de um Deus histórico, desse Deus que havia interferido historicamente na libertação dos oprimidos e do qual os crentes revolucionários haviam dado testemunho. O que se decidiu no último instante da discussão na Assembléia, foi a leitura que fez um deputado sandinista de uma carta que um rapaz escreveu a seu pai antes de morrer na guerra, onde ele lhe contava a respeito de sua fé em Deus como fonte decisiva de fortaleza para defender a Pátria.

O dia 9 de janeiro de 1987, ficará como uma data importante, não somente na história da libertação da América Latina, como também na história teológica de nosso continente. É uma data que mostra a importância da fé no Deus de Jesus que está no interior dos processos de libertação. Sobre esta importância uma vez mais a revolução sandinista deu testemunho. Com isto, a revolução tem sido consequente com o comunicado oficial da direção nacional da FSLN sobre a religião, de outubro de 1980. Ali se dizia: "...nós sandinistas afirmamos que nossa experiência demonstra que quando os cristãos, apoiando-se em sua fé, são capazes de responder às necessidades de seu povo e da história, suas mesmas crenças os impulsionam à militância revolucionária". Existe na Nicarágua não somente uma revolução econômica e política, mas também uma revolução espiritual que está se enraizando profundamente na alma do povo nicaraguense. A proclamação da nova Constituição não poderia deixar de dar testemunho desta profunda revolução espiritual.

Pablo Richard é bibliógrafo e sociólogo. Nascido no Chile, reside atualmente em Costa Rica. Autor de *Morte das cristandades e nascimento da Igreja e A Igreja latino-americana entre o temor e a esperança* (Ed. Paulinas).

O veneno nosso de cada dia

Antônio Ximenes

Nada acontece por acaso na natureza. É a partir deste princípio que o obra de David Bull e David Hathaway poderá ser melhor compreendida, pois ela trata da problemática dos agrotóxicos no Brasil e no Terceiro Mundo.

As causas e consequências do uso abusivo dos pesticidas nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos; a falta de fiscalização por parte das autoridades dos agrotóxicos proibidos, e que circulam livremente no mercado; a fome insaciável de lucro das grandes empresas transnacionais fabricantes dos pesticidas; o deterioramento das culturas primitivas de combate às pragas da lavoura, a partir da publicidade maciça e das falsas promessas de soluções à curto prazo dos problemas da lavoura, pelos vendedores dos pesticidas, todos esses temas são abordados pelos autores, além dos índices que são mostrados sobre o envenenamento dos alimentos, também estão incluídos os altos índices de intoxicação dos trabalhadores que trabalham desprotegidos dos venenos, por não terem noções de como

lidar com os inseticidas. A perda dos controles biológicos naturais, através do uso abusivo dos pesticidas, o círculo vicioso que se forma no constante uso dos mesmos e a situação desumana com a qual trabalham os camponeses e operários urbanos, são a tônica do livro.

David Bull é inglês e trabalha atualmente no Centro de Coordenação do Meio Ambiente da ONU, em Nairobi, Quênia. David Hathaway, jornalista e economista, é norte-americano e vive no Rio de Janeiro. A parte de Bull é uma tradução condensada de seu livro *A Growing Problem: Pesticides & the Third World Poor*, publicado na Inglaterra em 1982 pela Oxfam. Trata dos problemas dos agrotóxicos em todo o Terceiro Mundo. Hathaway contribui com uma pesquisa original realizada entre 1984 e 1986 sobre vários aspectos da mesma problemática no contexto brasileiro.

É pois uma obra fundamental, para todos aqueles que querem saber da realidade marginal dos trabalhadores do campo

PRAGAS E VENENOS: AGROTÓXICOS NO BRASIL E NO TERCEIRO MUNDO
David Bull e David Hathaway, Vozes/Oxfam/Fase, Petrópolis, 1986, 236 pp., 14x21 cm.



po que lidam com os pesticidas e suas terríveis consequências. Igualmente importante, porque abrange as razões políticas, sociais e ecológicas da problemática agrária do Terceiro Mundo.

Questões nacionais e propostas populares

O esforço político de inúmeras instituições e forças políticas da sociedade civil brasileira em assegurar uma Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática, que passasse o Brasil a limpo a partir de uma ampla participação dos setores populares na elaboração da nova Carta Magna, parece, a essa altura, de certa forma, ter fracassado.

O modo como foi convocada a Constituinte e os resultados das eleições de 15 de novembro revelaram de forma inegável a hegemonia política das forças conservadoras na composição do plenário constituinte. Ainda assim, pode-se entender que o processo constituinte abriu um espaço real de disputa político-institucional na sociedade brasileira, capaz de articular um campo de interesses bastante complexos e contraditórios, em torno da idéia de democracia. Nesse sentido, está em curso um processo privilegiado para se captar a dinâmica, a organicidade e as formas de expressão dos vários interesses políticos

em cena, transformando esse conhecimento em subsídio para os setores, grupos, segmentos e organizações populares, interessados em ampliar os horizontes da democracia no país.

O Dossiê Constituinte II, reúne 28 artigos inéditos, além de teses apresentadas em congressos e outros artigos extraídos de revistas especializadas. Entre os autores, podemos citar Dalmo de Abreu Dallari, Fábio Konder Comparato, Francisco Weffort, Maria Victoria Benevides, Paulo Sergio Pinheiro, Clóvis Brigagão, Carlos Minc, Cesar Caldeira e José Graziano da Silva. Mais ainda, inclui as principais propostas dos movimentos populares, das entidades da sociedade civil e dos anteprojetos constitucionais atualmente em debate.

Ele se pretende uma fonte de consulta e incentivo para os cidadãos e seus representantes que são companheiros de esperança na construção de instituições democráticas e populares.

DOSSIÊ CONSTITUINTE II - As grandes questões nacionais e as propostas populares
Editor-geral: Cesar Caldeira, CEDI, São Paulo, 1987, 170 pp., 21x30 cm.



A devastação em Rondônia

Rondônia é um dos estados amazônicos, ameaçados de terem suas florestas riscadas do mapa, antes do final deste século. Estas fotos, tiradas pelos satélites da Nasa, mostram o avanço do desmatamento nas florestas rondonienses entre os anos de 1982 e 1985. Apontam nas áreas claras circundadas o desmatamento de 4% do território em 82 e de 11% em 85. As partes pontilhadas do mapa são áreas desmatadas, e as linhas brancas se constituem nos limites dos diversos municípios do estado. A derrubada de florestas por projetos de grupos agropecuários traz toda sorte de prejuízos à mais de um milhão de pessoas que vivem do extrativismo da borracha e da castanha em toda a região da Amazônia, particularmente no seu lado mais ocidental. Em três anos a área desmatada em Rondônia praticamente triplicou. Calcula-se que neste ano esta devastação florestal chegue a 5,4 milhões de hectares. A continuar neste ritmo, a Nasa prevê que o estado estará "totalmente desmatado" no máximo em 1992, ou seja, no final dos próximos cinco anos.

